



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais –
FAJS
Curso de Direito

ISADORA RENNÓ EVELIN

A PENA DE MORTE E SEU IMPACTO
NOS DIREITOS HUMANOS E NO ÂMBITO INTERNACIONAL

Brasília
2015

ISADORA RENNÓ EVELIN

**A PENA DE MORTE E SEU IMPACTO
NOS DIREITOS HUMANOS E NO ÂMBITO INTERNACIONAL**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de bacharelado em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Prof. MSc. Gabriel Haddad Teixeira

**Brasília
2015**

ISADORA RENNÓ EVELIN

A PENA DE MORTE E SEU IMPACTO

NOS DIREITOS HUMANOS E NO ÂMBITO INTERNACIONAL

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de bacharelado em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Prof. MSc. Gabriel Haddad Teixeira

Brasília, _____ de _____ de 2015.

Banca Examinadora

Gabriel Haddad Teixeira
Prof. Orientador

Georges Seigneur
Prof. Examinador

José Ostergo
Prof. Examinador

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus por ter me dado força e paciência para que fosse possível a realização desse trabalho.

Agradeço ao meu pai, Antônio Augusto, por ter me dado a oportunidade de cursar um curso superior e por ser um exemplo em minha vida. Agradeço a minha mãe, Belinda Rennó, por ser a minha inspiração de mulher. E agradeço aos meus irmãos por serem pacientes e terem me acompanhado nessa longa caminhada.

Agradeço, em especial, aos meus amigos Arthur Teixeira, Thiago Amaro, Suzana Machado, Renata Santana, Natália Duarte, Natália Catarino, Carmem Maia e Paula Duarte, por me motivarem e ajudarem a concretizar esse trabalho, mesmo estando distantes.

Agradeço aos professores do curso de Direito por todos os ensinamentos e dedicação.

Por fim, agradeço ao meu orientador, Gabriel Haddad Teixeira, por toda paciência e ajuda demandada, e que sem ele esse trabalho não existiria.

RESUMO

O presente trabalho visa explicar como funciona a aplicabilidade da pena de morte e suas possíveis consequências em âmbito internacional. Ou seja, qual é a responsabilidade dos países que as aplicam e até onde é aceitável que um ato seja realizado em nome de justiça por um Estado, tendo em consideração que cada país é soberano. Do mesmo modo, serão analisados os métodos de aplicação da pena de morte, e quais países as aplicam. Serão evidenciados os países que são abolicionistas na prática ou no todo, e os que mantêm a pena de morte como forma de punição de um indivíduo, de forma excepcional ou até mesmo para crimes comuns, que seja delituoso. Além disso, é questionado se existe uma forma humana de aplicar a pena de morte, ou se são incompatíveis e também o binômio existente entre Direitos Humanos e a pena de morte. É avaliado ainda se existe a possibilidade de um tratado se sobrepor sob as leis domésticas de cada país. Será enfatizado, mas ainda de forma superficial, o caso de estrangeiros, dentre eles dois brasileiros, que foram condenados a pena de morte, e executados, na Indonésia no primeiro semestre de 2015, pelo crime de tráfico internacional de entorpecentes.

Palavras-chave: Pena de morte. Internacional. Direitos Humanos.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Países que aplicam a pena capital em casos excepcionais.....	22
Quadro 2 – Países que aboliram na prática a pena capital.....	27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

art.	Artigo
CF	Constituição Federal
CP	Código Penal
EUA	Estados Unidos da América
Inc.	Inciso
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
RE	Recurso Extraordinário
STF	Supremo Tribunal Federal
TPI	Tribunal Penal Internacional
UnICEUB	Centro Universitário de Brasília
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
 CAPÍTULO 1 – A PENA DE MORTE NA ATUALIDADE	11
1.1 Dos países que aplicam a pena capital em crimes comuns.....	12
1.2 Dos países que aplicam a pena capital em casos excepcionais	18
1.3 Dos países que aboliram por completo a pena capital	23
1.4 Dos países que aboliram na prática a pena capital.....	26
1.5 Dos métodos de aplicação da pena capital	28
 CAPÍTULO 2 – A LEGISLAÇÃO INTERNA E A LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL	35
2.1 A soberania e responsabilidade dos países	35
2.2 Os conflitos entre a legislação interna e a legislação internacional	40
 CAPÍTULO 3 – A PENA DE MORTE E OS DIREITOS HUMANOS	47
3.1 O desenvolvimento dos Direitos Humanos e seu impacto na pena de morte	47
3.2 A humanização na aplicação da pena capital.....	53
 CONCLUSÃO	59
 REFERÊNCIAS.....	62

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se destina a pesquisa de monografia, requisito obrigatório para a conclusão do curso de Direito pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Tem-se como temática a aplicação da pena de morte e os Direitos Humanos relativos a essa penalidade, tais como a responsabilidade e a soberania dos países que as aplicam.

De forma acadêmica, a importância do tema está em informar as novas gerações de como realmente ocorre a pena capital, para que no futuro todos lutem juntos contra essa banalização à vida. Analogicamente a academia, no âmbito do próprio Direito, tem-se a importância de saber até onde um país pode exercer sua soberania, aplicando ou não a pena de morte, sem ferir a diplomacia entre os países. Ainda, a escolha do tema, em questões pessoais, é para a melhor compreensão da aplicabilidade da pena de morte e suas reais consequências, tanto em âmbito jurídico como para a sociedade em si.

No Brasil, a pena de morte é vedada, salvo em caráter excepcional. Por outro lado, esse tipo de penalidade é aplicado para crime comum em diversos países independente de a pessoa ser nacional ou estrangeira. Com isso, nos dias atuais, com o avanço dos Direitos Humanos e com a forte ligação entre os países, muitas vezes por questões econômicas e comerciais, é aceitável tal penalidade? E em casos em se executar um estrangeiro, como ocorreu no primeiro semestre de 2015, quando a Indonésia executou pessoas estrangeiras, o país deve ser responsabilizado? Ou está apenas exercendo sua soberania?

Ao se falar em pena capital, existem pessoas que são a favor e contra, assim como os países. Alguns são abolicionistas por completo, enquanto outros são retencionistas. Os Direitos Humanos estão cada vez mais presentes na sociedade atual, porém ainda continuam sendo violados e as execuções continuam em número alarmante. A lei de talião, “dente por dente e olho por olho” continua a vigorar, mesmo com o avanço da sociedade. Os tratados e protocolos internacionais, em se tratando de Direitos Humanos, acabam sendo suprimidos pela legislação local de cada país, em que se permite a pena capital.

Os Direitos Humanos são inerentes a pessoa humana, e o direito a vida é o mais importante desses direitos. É correto, em uma sociedade em pleno século XXI, executar uma pessoa em nome de justiça? Ou será que existe uma incoerência nisso tudo?

Por meio de dados da *Anmistia Internacional de Portugal*, existem hoje 160 países que são abolicionistas em relação à pena de morte, ou nunca a aplicaram. Porém, 58 países são retencionistas, ou seja, optam por manter em seu ordenamento interno a pena de morte. E nove países aplicam a pena de morte apenas em casos excepcionais. O Brasil, ao contrário do que muitos pensam, mantém a pena de morte para casos excepcionais.

Os métodos utilizados ainda hoje variam de acordo com o país, porém é bastante comum o fuzilamento, injeção letal e enforcamento. E os crimes comuns variam em cada país, sendo que para alguns o adultério é caso de pena de morte, e para outros o tráfico internacional de drogas.

Os tratados vedam a pena de morte ou qualquer outro tipo de pena que seja degradante ou desumana. Porém, cada país possui seu ordenamento interno, que prevê ou não a aplicabilidade desses tipos de pena que são mais severos. Alguns acreditam que a lei interna se sobrepõe aos tratados, e outros pensam o contrário. Alguns ainda acreditam que elas não podem se sobrepuser por não possuírem a mesma natureza.

Os países possuem soberania, mas não se pode dizer que sua legislação interna é totalmente independente do resto do mundo. Ainda, existe a responsabilidade internacional que cada país deve obedecer, já que o direito de um acaba quando começa o do outro.

Nos dias atuais, as organizações internacionais e os países abolicionistas consideram a pena de morte um atraso. Mas para os países que são retencionistas, a pena de morte tem por objetivo evitar que determinado crime volte a se repetir, já que a execução de uma pessoa faz com que o indivíduo pense duas vezes antes de cometer o mesmo crime.

Será tratado o caso do brasileiro Rodrigo Gularte, por ser um acontecimento atual e com a execução de um brasileiro em um país estrangeiro. É um caso que gerou repercussão mundial, pois o brasileiro sofria de uma doença

mental e, ainda sim, teve sua execução concretizada. Junto a ele, foram executadas mais cinco pessoas de diferentes nacionalidades.

Não existe uma maneira humana de executar uma pessoa, já que todos os métodos são passíveis de falhas, o que prolongam o sofrimento do indivíduo. Além disso, a espera por uma execução, o que leva anos muitas vezes, faz com o que o prisioneiro tenha um sofrimento psicoemocional irreparável, o que acaba por descartar, por completo, qualquer evidência de humanização em uma pena de morte. Não apenas a execução que é desumana, mas a própria condenação, já que a partir dessa a pessoa começa a sofrer danos que são prolongados no tempo até o dia que é executado. E esse abalo físico e emocional também atinge a família do criminoso e da vítima, pois acabam por reviver o crime.

O trabalho que se segue será constituído por três capítulos. O primeiro capítulo irá abordar os países que mantêm a pena de morte, seja por crimes excepcionais ou comuns, assim como os países que são abolicionistas, em sua legislação ou apenas na prática. Ainda, nos países em que a pena de morte é mantida, serão analisados os métodos de execução utilizados.

Em sequência, no segundo capítulo, serão estudados os tratados e a lei interna, para que haja uma compreensão entre os conflitos existentes entre as duas normas, e qual prevalece na situação de condenação por pena de morte. Ainda, será abordada a soberania e a responsabilidade dos países que aplicam tal penalidade.

Por fim, no terceiro e último capítulo, os Direitos Humanos serão abordados juntamente com a pena de morte, para que seja entendido se houve ou não progresso em relação aos Direitos Humanos e a pena de morte, levando em consideração o grande número de execuções que ocorrem ainda hoje. Ainda, nesse mesmo capítulo, será oportuno tratar se a pena de morte é aplicada de forma humana ou se isso é incompatível com a natureza dessa penalidade.

O trabalho a seguir segue por um caminho mais filosófico do direito, e também tem caráter informativo. Desse modo, o presente estudo propõe-se a demonstrar a relevância jurídica da pena de morte em um contexto internacional, assim como os Direitos Humanos, para que seja possível entender questões de como, quando e porque tais penas são aplicadas.

CAPÍTULO 1 – A PENA DE MORTE NA ATUALIDADE

Nos dias atuais, apesar do avanço em relação aos Direitos Humanos e fundamentais da pessoa humana, ainda é visto em diversos países a aplicação da pena capital, tanto para casos excepcionais, como crimes políticos, como também para crimes comuns¹. Por esse termo, entende-se que são aqueles crimes com previsão legal no Código Penal – CP e na Legislação Penal Especial, como o sequestro, por exemplo, e, geralmente, com notório conhecimento da sociedade. É diferente, por exemplo, do crime político, que é um crime de opinião, que não envolve sangue ou violência, seja física ou psíquica, e que o autor do crime discorda da política e diretrizes de um determinado governo².

No presente capítulo serão abordadas as políticas criminas dos países que são abolicionistas e retencionistas quanto à pena capital, de acordo com a *Amnistia Internacional de Portugal*. À exemplo de países abolicionistas que serão abordados tem-se a Austrália e a França por serem países de primeiro mundo, em que a condenação por crimes é efetiva e não é extrema. Também será abordada a Ruanda, por ter sido palco de um grande genocídio, e que hoje possui uma política criminal que aboliu a utilização da pena capital. O Nepal foi considerado por ser o único país no sul da Ásia que não prevê pena de morte para a relação entre homossexuais, como o restante do continente.

Em relação aos países que retêm a pena capital, á exemplo dos países que serão abordados, tem-se a China e os Estados Unidos da América – EUA que serão analisados por terem um grande número de execuções. A Indonésia também foi considerada, por ter tido um caso com repercussão mundial no ano de 2015, em que houve executados de diversos países, inclusive do Brasil. Ainda, serão tratados os países que aboliram na prática a pena de morte e os países que mantêm essa penalidade apenas em casos excepcionais, também de acordo com dados da *Amnistia Internacional de Portugal*.

¹ AMNISTIA INTERNACIONAL. *Lista dos países abolicionistas e retencionistas (31 de Dezembro de 2009)*. 2010. Disponível em: <<http://www.amnistia-internacional.pt/dmdocuments/ListaAbolicionistasRetencionistas.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2015.

² QUEIROZ, Carlos Alberto Marchi de. *Crime político e crime comum*. S. d. Disponível em: <<http://www.adpesp.org.br/artigos-exibir?art=155>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

No que tange os países que possuem a aplicação da pena capital em seu ordenamento para casos extremos, será abordado o Brasil e o Chile, por serem dois países na América do Sul que muitos julgam ter abolido por completo a pena de morte. E, em relação aos países que são abolicionistas na prática, será abordada a Rússia, entre outros, por manter a pena de morte no ordenamento por medo de ataques terroristas no país. Por fim, serão analisados os métodos que são utilizados para aplicação da pena capital.

1.1 Dos países que aplicam a pena capital em crimes comuns

Segundo documento publicado pela *Amnistia Internacional de Portugal*, temos 58 países que aplicam a pena de morte nos dias atuais. São eles:

Afeganistão, Antígua e Barbuda, Arábia Saudita, Autoridade Palestina, Bahamas, Bahrein, Bangladesh, Barbados, Bielorrússia, Belize, Botsuana, Chade, China, Comores, Coreia do Norte, Cuba, Dominica, Egito, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos da América, Etiópia, Guatemala, Guiana, Guiné, Guiné Equatorial, Iêmen, Índia, Indonésia, Irão, Iraque, Jamaica, Japão, Jordânia, Kuwait, Lesoto, Líbano, Líbia, Malásia, Mongólia, Nigéria, Omã, Paquistão, Qatar, República Democrática do Congo, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia, Serra Leoa, Singapura, Síria, Somália, Sudão, Tailândia, Taiwan, Trindade e Tobago, Uganda, Vietnam, Zimbábue³.

A violação aos Direitos Humanos, assim como a aplicação da pena capital, é uma questão de ordem internacional, desde o início. Além disso, a maior preocupação é o crescente número de execuções. Estima-se que cada vez menos países a utilizam, porém as execuções são cada vez mais frequentes⁴.

³ AMNISTIA INTERNACIONAL. *Lista dos países abolicionistas e retencionistas (31 de Dezembro de 2009)*. 2010. Disponível em: <<http://www.amnistia-internacional.pt/dmdocuments/ListaAbolicionistasRetencionistas.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁴ PUFF, Jefferson. Número de países que adotam a pena de morte cai, mas execuções aumentam, diz Anistia. In: *BBC Brasil*, São Paulo, 27 de março de 2012. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/03/120326_anistia_pena_de_morte_jp.shtml>. Acesso em: 10 maio 2015.

Segundo dados da Anistia Internacional do Brasil, houve um aumento considerável no número de pessoas executadas em 20 países, entre o ano de 2010 e 2011. Acredita-se que a China é o país que mais executam condenados, porém, como o país preza por sua discricção, os números não são divulgados. Por outro lado, com dados disponibilizados, o Iran, Arábia Saudita, Iraque, EUA e Iêmen são os países responsáveis pelo maior número de execuções no mundo, respectivamente⁵.

Em 2011, era estimado que o número de pessoas mantidas no corredor da morte em todo mundo ultrapassava dezoito mil detentos. Nos EUA, 34 Estados ainda utilizam a pena capital, e 16 Estados já aboliram. Para Jan Wetzel, especialista da Anistia Internacional, “custa mais caro para o governo executar alguém do que usar a prisão perpétua”⁶.

No ano de 2004, o brasileiro Marco Archer Cardoso Moreira foi condenado a pena de morte na Indonésia, por tráfico internacional de drogas. Sendo executado em janeiro de 2015, junto com outras cinco pessoas, se transformou no primeiro brasileiro condenado a pena capital em um país estrangeiro. Da mesma forma, outro brasileiro, Rodrigo Gularte, foi condenado e executado em abril de 2015 pelo mesmo crime na Indonésia⁷. O pedido de clemência feito pela Presidente Dilma Rousseff foi negado pelo Presidente da Indonésia, Joko Widodo⁸.

⁵ PUFF, Jefferson. Número de países que adotam a pena de morte cai, mas execuções aumentam, diz Anistia. In: *BBC Brasil*, São Paulo, 27 de março de 2012. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/03/120326_anistia_pena_de_morte_jp.shtml>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁶ Ibidem.

⁷ BAZZO, Gabriela. Indonésia executa brasileiro Rodrigo Gularte e mais sete condenados à pena de morte. In: *Brasil Post*, 28 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/2015/04/28/rodrigo-gularte-executado_n_7163556.html>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁸ GAZETA ONLINE. *Veja os países que adotam a pena de morte por tráfico de drogas: além de Marco Archer, outro brasileiro aguarda no corredor da morte da Indonésia, o paranaense Rodrigo Muxfeldt Gularte, também por tráfico*. 16 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2015/01/noticias/mundo/3886681-veja-os-paises-que-adotam-a-pena-de-morte-por-trafico-de-drogas.html>. Acesso em: 10 maio 2015.

O caso de Rodrigo Gularte ainda chamou mais atenção para a Indonésia. A família alega que o brasileiro, de 42 anos, sofre de esquizofrenia, e que seus problemas de saúde se iniciaram quando ele possuía 13 anos de idade e que ao longo dos anos pioraram⁹.

Em 2012, seu estado mental agravou e a família contratou médicos para que o examinassem na prisão, tendo sido diagnosticado com esquizofrenia paranóide, com delírios e alucinações. Por isso, foi recomendado que fosse transferido para um hospital psiquiátrico, mas o laudo não foi aceito pelas autoridades da Indonésia por ter sido feito por médicos contratados pela defesa¹⁰.

No entanto, foi feito um novo exame, em fevereiro de 2015, por especialistas aceitos pelo governo, e que confirmou o diagnóstico inicial. O governo da Indonésia, ainda, exigiu outra avaliação do estado mental do brasileiro, que foi feita em março de 2015, a qual os resultados nunca foram divulgados, mesmo com pedidos da família e do governo do Brasil, e que resultou, por fim, na execução do brasileiro em abril deste mesmo ano¹¹.

A família afirma que seu estado mental piorou bastante durante todos esses anos em que esteve recluso na Indonésia. Ainda, é sabido que existem várias resoluções internacionais, como a da Comissão da Organização das Nações Unidas – ONU sobre Direitos Humanos, que proíbem a execução de uma pessoa que possui problema mental^{12 13}.

⁹ BACHEGA, Hugo. Drogas e bipolaridade marcaram adolescência de brasileiro executado na Indonésia. In: *BBC Brasil*, Londres, 28 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150428_indonesia_brasileiro_perfil_hb>. Acesso em: 22 ago 2015.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Idem.

¹² SANTORO, Maurício. Indonésia: execução de pessoa com transtorno mental é proibida pela legislação internacional. In: *Blog Maurício Santoro*, s. d. Disponível em: <<https://anistia.org.br/indonesia-execucao-de-doente-mental-e-proibida-pela-legislacao-internacional/>>. Acesso em: 22 ago 2015.

¹³ AMNESTY INTERNATIONAL. *Death Penalty and Mental Illness*. 06 de dezembro de 2003. Disponível em: <<http://www.amnestyusa.org/our-work/issues/death-penalty/us-death-penalty-facts/death-penalty-and-mental-illness>>. Acesso em: 22 ago 2015.

Em outros países, como nos EUA, também existem relatos de condenados com deficiência mental que foram executados através da pena capital¹⁴.

A ONU, por meio de sua porta voz de Direitos Humanos Ravina Shamdasani, criticou as execuções feitas em janeiro de 2015. Ainda, alegou que seria inconcebível a execução de um doente mental, que é o caso de Rodrigo Gularte. Em suas palavras, qualquer pessoa condenada à morte pode pedir indulto ou comutação de pena, já que isso está estabelecido no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, que foi ratificado pela Indonésia¹⁵. O supracitado Pacto, em seu artigo 6, explana que o direito a vida é inerente a toda pessoa humana, e que em casos de pena de morte, pode-se pedir indulto ou comutação de pena¹⁶. Assim como Shamdasani, o Secretário-Geral da ONU, Bann Ki-Moon, declarou que estava em profundo lamento pela decisão da Indonésia¹⁷. Ainda é ressaltado pela ONU que a partir de jurisprudências internacionais de Direitos Humanos, a pena capital só poderia ser aplicada em face de crimes de homicídios¹⁸.

Juntamente com o brasileiro Rodrigo Gularte, seria executada a filipina Mary Jane Fiesta Veloso, de 30 anos, cuja execução foi poupada, já que outra filipina se apresentou às autoridades das Filipinas e assumiu ter colocado as drogas no interior da mala da condenada¹⁹. A partir disso, percebe-se que o processo penal é passível de erros, e a pena capital é irreparável, já que não se pode trazer a vida

¹⁴ ANISTIA INTERNACIONAL. *Pena de morte*: países continuar a executar pessoas com deficiências mentais e intelectuais. 10 de outubro de 2014. Disponível em: <<https://anistia.org.br/noticias/pena-de-morte-paises-continuam-executar-pessoas-com-deficiencias-mentais-e-intelectuais/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

¹⁵ MACEDO, Danilo. ONU pede à Indonésia para que suspenda execução de condenados à morte. In: *EBC – Agência Brasil*, 20 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-01/onu-pede-indonesia-para-que-suspenda-execucoes-de-condenados-pena-de>>. Acesso em: 10 maio 2015.

¹⁶ BRASIL. *Decreto n. 592, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação*. Brasília, 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm>. Acesso em: 10 maio 2015.

¹⁷ CHARBONNEAU, Louis. Ásia: secretário geral da ONU expressa profundo lamento por execuções na Indonésia. In: *Terra*, 29 de abril de 2015. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/asia/secretario-geral-da-onu-expressa-profundo-lamento-por-execucoes-na-indonesia,f547d7be450d410VgnCLD200000b1bf46d0RCRD.html>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

¹⁸ MACEDO, op. cit.

¹⁹ FOLHA DE SÃO PAULO. *Filipina é poupada de execução na Indonésia; oito foram fuzilados*. 28 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/04/1622172-filipina-e-poupada-de-execucao-na-indonesia-outros-oito-foram-fuzilados.shtml>>. Acesso em: 10 maio 2015.

alguém que já foi executado. Ainda, autores como Zaffaroni e Pierangeli²⁰ defendem que o sistema penal é seletivo, e que as minorias são os que mais sofrem,

[...] ao menos em boa medida, o sistema penal seleciona pessoas ou ações, como também criminaliza certas pessoas segundo sua classe e posição social. [...] Há uma clara demonstração de que não somos todos igualmente 'vulneráveis' ao sistema penal, que costuma orientar-se por 'estereótipos' que recolhem os caracteres dos setores marginalizados e humildes, que a criminalização gera fenômeno de rejeição do etiquetado como também daquele que se solidariza ou contata com ele, de forma que a segregação se mantém na sociedade livre. A posterior perseguição por parte das autoridades com rol de suspeitos permanentes incrementa a estigmatização social do criminalizado.

Assim como a Indonésia, outros países também possuem uma lei antidrogas rígida. O tráfico internacional de drogas implica na pena capital, não só apenas na Indonésia, mas também em outros países, como China, Singapura, Vietnã e outros²¹.

No caso da Indonésia, em específico, apesar das condenações e execuções da pena capital contra o tráfico de drogas, estima-se que o número de usuários de drogas deve crescer cerca de 3% até o fim do ano de 2015. As sentenças devem respeitar a dignidade da pessoa humana, e a pena de morte é passível de cometer equívocos que não possuem reparação²². O representante no Brasil do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC, Rafael Franzini²³ sintetiza que:

[...] não há evidências confiáveis que atestem a eficácia da pena de morte em prevenir crimes, já que o próprio fato de as pessoas, mesmo sabendo desse tipo de pena, continuarem a cometer crimes, é a prova disso.

²⁰ ZAFFARONI, Eugenio Raul; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de Direito Penal brasileiro*, 9. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 35. v. 1: Parte Geral.

²¹ GAZETA ONLINE. *Veja os países que adotam a pena de morte por tráfico de drogas: além de Marco Archer, outro brasileiro aguarda no corredor da morte da Indonésia, o paranaense Rodrigo Muxfeldt Gularte, também por tráfico*. 16 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2015/01/noticias/mundo/3886681-veja-os-paises-que-adotam-a-pena-de-morte-por-trafico-de-drogas.html>. Acesso em: 10 maio 2015.

²² CAMPOS, Amanda. Mesmo com pena de morte, uso de drogas na Indonésia deve crescer 45% em 2015: projeção da agência nacional diz que deve haver 5,8 milhões de usuários no país até o fim do ano; atualmente há 4 milhões. In: *IG*, 21 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2015-01-21/mesmo-com-pena-de-morte-uso-de-drogas-na-indonesia-deve-crescer-45-em-2015.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

²³ Ibidem.

Ou seja, quem não possui nada a perder, não se preocupa com a pena de morte, e consequentemente, a aplicação dessa pena não diminui em nada a ocorrência de crimes²⁴.

Na Arábia Saudita, existe a condenação por pena de morte às pessoas que forem vistas com a Bíblia Sagrada, já que nesse país, o Islamismo é a religião da maioria e só se admite o uso do Alcorão²⁵. Já no Iran, o adultério é um crime que leva a execução da pena capital²⁶.

Nos EUA, em uma pesquisa feita pela revista científica *Proceedings of the National Academy of Sciences*, estima-se que uma em cada vinte e cinco pessoas são condenadas erroneamente a morte. Ou seja, mesmo em um país que é considerado a maior potência econômica do mundo, 4,1% das pessoas condenadas à morte são inocentes²⁷.

Em 2014, pelos dados anuais da Anistia Internacional, estima-se que foram executados 46 pessoas na África, e que o número de condenações aumentou de 423 a 909 pessoas. Nos EUA foram executadas 35 pessoas e, na América do Sul, América Central e Caribe, foram cinco pessoas²⁸.

Na Ásia e na Oceania foram executadas 32 pessoas, porém não se conhece o número de execuções da China e da Coreia do Norte, já que são segredos de Estado. Acredita-se que esse número é muito maior, se considerando o sigilo dos países. Já na Europa e Ásia Central, foram condenadas três pessoas, sendo que os advogados e familiares dos executados souberam do ocorrido após terem sido executados, em razão do segredo de Estado²⁹.

²⁴ ZANIN, César. A pena de morte e a guerra às drogas: para alguém que não valoriza muito a vida, a pena de morte não será eficaz como querem fazer crer. Quem tem menos ou nada a perder, se preocupa menos com medo da morte. In: *Pragmatismo Político*, 22 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/01/pena-de-morte-e-guerra-drogas.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

²⁵ Ibidem.

²⁶ Ibidem.

²⁷ CORRÊA, Alessandra. Mais de 4% dos condenados à morte nos EUA são inocentes, indica estudo, In: *BBC Brasil*, Nova York, 28 de abril de 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140428_estudo_condenados_morte_pai_ac>. Acesso em: 10 maio 2015.

²⁸ ANISTIA INTERNACIONAL. *A pena de morte em 2014: fatos e número*. 1º de abril de 2015. Disponível em: <<https://anistia.org.br/noticias/pena-de-morte-em-2014-fatos-e-numeros/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

²⁹ Ibidem.

Em 2013, na África do Norte e no Oriente Médio executaram 491 pessoas, um número considerável, porém 23 % a menos que no ano anterior. Na Síria, não se possui os dados³⁰.

É tido que pena de morte previne que aquele determinado criminoso volte a cometer infrações, porém faz com que os demais tenham mais violência nos seus atos, já que se forem pegos serão condenados à morte. A violência acaba por gerar mais violência³¹.

1.2 Dos países que aplicam a pena capital em casos excepcionais

A Anistia Internacional de Portugal exclama que existem nove países que aplicam a pena de morte em razão de crimes militares e/ou crimes de guerra, sendo eles: Bolívia, Brasil, Cazaquistão, Chile, El Salvador, Ilhas Fiji, Israel, Letônia e Peru³².

No Brasil, ao contrário do que muitos pensam, a pena de morte é prevista no ordenamento jurídico, por meio do art. 5º, inc. XLVII, alínea “a” c/c art. 84, inc. XIX da Carta Magna de 1988³³ e pelo art. 55 do Código Penal Militar – CPM, e sua execução é através do fuzilamento, como dispõe o art. 56 do referido Código³⁴.

Nos dias atuais, apesar da previsão de pena de morte no ordenamento jurídico atual brasileiro, acredita-se que nunca foi aplicada. Porém, em abril de 1792, a pena capital era aplicada em território nacional, tendo como uma das mais famosas execuções a de Joaquim José da Silva Xavier, ou apenas Tiradentes. Na época, o Brasil era colônia de Portugal e as autoridades portuguesas condenaram

³⁰ ANISTIA INTERNACIONAL. *A pena de morte em 2014: fatos e número*. 1º de abril de 2015. Disponível em: <<https://anistia.org.br/noticias/pena-de-morte-em-2014-fatos-e-numeros/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

³¹ ZANIN, César. A pena de morte e a guerra às drogas: para alguém que não valoriza muito a vida, a pena de morte não será eficaz como querem fazer crer. Quem tem menos ou nada a perder, se preocupa menos com medo da morte. In: *Pragmatismo Político*, 22 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/01/pena-de-morte-e-guerra-drogas.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

³² AMNISTIA INTERNACIONAL. *Lista dos países abolicionistas e retencionistas (31 de Dezembro de 2009)*. 2010. Disponível em: <<http://www.amnistia-internacional.pt/dmdocuments/ListaAbolicionistasRetencionistas.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2015.

³³ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 maio 2015.

³⁴ BRASIL. *Decreto-Lei n. 1.001, de 21 de outubro de 1969. Código Penal Militar*. Brasília, 1969. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm>. Acesso em: 10 maio 2015.

que o réu fosse “morto para sempre”. Após ter sido enforcado e esquartejado, e ter partes do seu corpo expostas para servir de lição a outros rebeldes, a autoridade portuguesa também destruiu sua casa e tudo que fosse relacionado a Tiradentes, para que sua memória também fosse morta³⁵. A última execução por pena de morte em território brasileiro ocorreu na época do Império, e depois de abolida em crimes comuns, nunca mais fora praticada, mesmo em âmbito militar³⁶.

No Brasil, a pena capital pode ser aplicada em âmbito militar em caso de traição. Existe, porém, uma divergência em relação à pena capital no Brasil. Não é claro se a pena de morte é permitida apenas em casos de traição em guerra declaradas em que o Brasil figure como parte, ou se essa penalidade pode ser aplicada em casos de traição em guerra civil, como foi a Ditadura Militar. No entanto, tem-se que a pena capital não pode ser retomada no país, até por ter sido ratificado no Brasil o Pacto San José da Costa Rica, que veda que seja restabelecido a pena de morte em países que a tenham abolido, seja integralmente ou parcialmente³⁷.

Os países abolicionistas não podem restituir a pena capital, já que isso violaria a legislação internacional. No caso do Brasil, seria uma violação expressa a Convenção Americana e a própria Constituição Federal – CF e, nem mesmo por meio de Emendas Constitucionais isso poderia ser modificado. O impedimento das normas internas dos países retrocederem, em relação aos Direitos Humanos, é conhecido como *efeito cliquet*. Ou seja, os Direitos Humanos devem ser sempre mais protegidos, sem que os direitos adquiridos retrocedam³⁸.

³⁵ RIBEIRO, Flávia. Pena de morte: a lei que mata. In: *Guia do Estudante*, Aventuras na História para Viajar no Tempo, 1º de agosto de 2006. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/pena-morte-lei-mata-434761.shtml>>. Acesso em: 10 maio 2015.

³⁶ SCHREIBER, Mariana. Apesar de abolida, pena de morte ainda tem aplicação prevista no Brasil. In: *BBC Brasil*, Brasília, 17 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150117_morte_fd>. Acesso em: 10 maio 2015.

³⁷ COIMBRA NEVES, Cícero Robson; STREIFINGER, Marcello. Das penas principais. In: COIMBRA NEVES, Cícero Robson; STREIFINGER, Marcello. *Manual de Direito Penal Militar*. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 490.

³⁸ Ibidem.

Logo, uma vez sendo ratificadas convenções internacionais de Direitos Humanos, e se tornando a cláusula pétrea, nada e ninguém pode fazer com que tal direito retroaja³⁹. A cláusula passa a ser eterna, salvo se outra com melhores direitos a substituir.

Portanto, exclui-se a possibilidade de aplicação de pena de morte em casos de guerra civil, uma vez que o termo guerra deve ser entendido como “luta armada ferida entre dois ou mais Estados para solução de conflito havido entre eles, que não se tenha podido resolver por outro meio”⁴⁰.

Assim como o Brasil, alguns poucos países também mantêm a pena capital para crimes militares e/ou de guerra. A Bolívia e o Chile são um exemplo disso⁴¹.

O Chile viveu um longo período de ditadura sangrenta liderado por Augusto Pinochet, em que muitas pessoas foram assassinadas e desapareceram. As violações de Direitos Humanos eram constantes, o Chile ficou marcado na história política por quase por três décadas⁴².

Pinochet permaneceu à frente do Chile por 17 anos, e fez vítimas nacionais e estrangeiras. No total, estima-se que a ditadura instaurada por Pinochet matou mais de três mil pessoas, e torturou 38 mil pessoas⁴³. O ditador chileno teve sua prisão decretada pelo juiz espanhol Baltazar Garzón e foi preso em Londres, Inglaterra⁴⁴.

³⁹ COIMBRA NEVES, Cícero Robson; STREIFINGER, Marcello. Das penas principais. In: COIMBRA NEVES, Cícero Robson; STREIFINGER, Marcello. *Manual de Direito Penal Militar*. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 490.

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ AMNISTIA INTERNACIONAL. *Lista dos países abolicionistas e retencionistas (31 de Dezembro de 2009)*. 2010. Disponível em: <<http://www.amnistia-internacional.pt/dmdocuments/ListaAbolicionistasRetencionistas.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁴² AGÊNCIA ANSA. Pinochet, uma marca sangrenta na história do Chile. In: *Carta Maior*, 10 de dezembro de 2006. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Pinochet-uma-marca-sangrenta-na-historia-do-Chile/6/12314>>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁴³ WALRZ, Igor. Ex-oficial é condenado pela morte de jornalistas durante a ditadura chilena. In: *Associação Brasileira de Imprensa*, 03 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/ex-oficial-chileno-e-condenado-por-homicidio-de-jornalistas-durante-regime-pinochet/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁴⁴ WOLTER, Matilde. *Análise: Caso Pinochet marcou o direito internacional*. In: *Folha de São Paulo*, Santiago, 11 de dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u102711.shtml>>. Acesso em: 10 maio 2015.

A última condenação de pena de morte conhecida no Chile ocorreu em 1985 e em 2001, a Câmara dos Deputados do Chile decidiu por 66 votos a favor pela derrogação da pena de morte no ordenamento jurídico do Chile⁴⁵. Assim que a pena capital foi derrogada do ordenamento chileno, alguns condenados por abusarem e assassinarem crianças foram liberados do fuzilamento, o que causou uma divergência de opiniões dentro do país⁴⁶. Por outro lado, essa derrogação finalizou um debate que existiu por mais de dez anos, desde quando foi restaurada a democracia após o governo do general Augusto Pinochet⁴⁷.

Nos dias atuais, a pena capital no Chile é imposta apenas aos crimes militares em tempos de guerra e, “uma vez despachado o projeto pelo Congresso e convertido em lei, a pena de morte estará eliminada da legislação chilena em conformidade com o Pacto de São José, ratificado pelo Chile, onde se compreende que uma vez abolida não poderá voltar a ter aplicabilidade no ordenamento”⁴⁸.

Na mesma linha, a Bolívia também é um país que mantém a pena de morte para casos excepcionais, que aboliu em 1997 a pena capital para delitos comuns. A última execução ocorreu em 1974, e nos dias de hoje, a Anistia Internacional confirma a ratificação de vários tratados e protocolos internacionais por parte da Bolívia⁴⁹.

Porém, sendo preocupação de diversos organismos internacionais, acontecem diversos linchamentos e aplicação de pena de morte por parte da sociedade boliviana. Os próprios cidadãos condenam e executam pessoas delituosas por meio de linchamentos e torturas, sustentando que aplicam a justiça

⁴⁵ EMOL – Nacional. *Cámara aprobó ley que elimina la pena de muerte*: la iniciativa establece la privación de libertad definitiva por un período de 40 años y suprime la condena a muerte como máximo castigo del proceso penal en el país. Valparaíso, 03 de abril de 2001. Disponível em: <<http://www.emol.com/noticias/nacional/2001/04/03/51069/camara-aprobo-ley-que-elimina-la-pena-de-muerte.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁴⁶ EMOL – Nacional. *Chile abolió pena de muerte y dos condenados se libraron del fusilamiento*: el colombiano Hugo Gómez Padua es uno de los dos condenados que se salvo del pelotón de fusileros, después de violar y asesinar a la niña Camila López, de 10 años, en enero de 1999. 29 de maio de 2001. Disponível em: <<http://www.emol.com/noticias/nacional/2001/05/29/56155/chile-abolio-pena-de-muerte-y-dos-condenados-se-libraron-del-fusilamiento.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ Texto Original: “una vez despachado el proyecto por el Congreso y convertido en ley, la pena de muerte quedará eliminada de la legislación chilena en conformidad al Pacto de San José, suscrito por Chile, donde se consigna que una vez abolida no puede volverse a reponer”. Cf. EMOL – Nacional, op. cit., 03 de abril de 2001.

⁴⁹ HISTORY. *Abolida a pena de morte na Bolívia*. 27 de janeiro de 1997. Disponível em: <www.seuhistory.com/hoje-na-historia/abolida-pena-de-morte-na-bolivia>. Acesso em: 10 maio 2015.

comunitária indígena que é reconhecida pela Constituição da Bolívia desde 2009. Estima-se que acontecem entre dez e vinte casos de linchamentos consumados por ano, e existe um número ainda maior de tentativa. Por mais que não existe no ordenamento boliviano a previsão de pena de morte, exceto casos excepcionais, a população a aplica cotidianamente⁵⁰.

Por fim, vale acrescentar que esses países preveem a pena capital em casos excepcionais, porém sua aplicabilidade não ocorre na prática. Neste sentido, tem-se o Quadro 1⁵¹, a seguir.

Quadro 1 – Países que aplicam a pena capital em casos excepcionais.

País	Data da abolição para todos os crimes	Data da última execução
Bolívia	1997	1974
Brasil	1979	1855
Cazaquistão	2007	
Chile	2001	1985
El Salvador	1983	1973 – última execução conhecida
Fiji	1979	1964
Israel	1954	1962
Letônia	1999	1996
Peru	1979	1979

Logo, tem-se que a aplicabilidade da pena de morte é prevista no ordenamento jurídico interno desses países, porém por se tratarem de casos excepcionais, não possuem aplicação na prática. No caso do Brasil, em específico, por se tratar de uma exceção para crimes de traição em tempos de guerra, e pelo país não ter vivido tempos de guerra desde a CF de 1988, tem-se que a aplicação de tal penalidade é apenas uma previsão, longe de ser efetivamente real.

⁵⁰ AGÊNCIA EFE. Suspeito de homicídio e estupro é enterrado vivo na Bolívia. In: *R7 Notícias*, 03 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/internacional/suspeito-de-homicidio-e-estupro-e-enterrado-vivo-na-bolivia-04122014>>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁵¹ AMNISTIA INTERNACIONAL. *Países abolicionistas para crimes comuns*. S. d. Disponível em: <<https://contrapenademorte.wordpress.com/a-pena-de-morte-no-mundo/paises-abolicionistas-para-crimes-comuns/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

1.3 Dos países que aboliram por completo a pena capital

Por meio de documentos da *Amnistia Internacional de Portugal*, sabe-se que alguns países aboliram a pena de morte para todos os tipos de crime. São eles: África do Sul, Albânia, Alemanha, Andorra, Angola, Argentina, Armênia, Austrália, Áustria, Azerbaijão, Bélgica, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Burundi, Butão, Cabo Verde, Camboja, Canadá, Chipre, Colômbia, Costa do Marfim, Costa Rica, Croácia, Dinamarca, Djibuti, Equador, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Filipinas, Finlândia, França, Geórgia, Grécia, Guiné Bissau, Haiti, Holanda, Honduras, Hungria, Ilhas Cook, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Irlanda, Islândia, Itália, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Macedônia, Malta, Maurícia, México, Micronésia, Moçambique, Moldávia, Mônaco, Montenegro, Namíbia, Nepal, Nicarágua, Niue, Noruega, Nova Zelândia, Palau, Panamá, Paraguai, Polônia, Portugal, Quirguistão, Reino Unido, República Checa, República Dominicana, Romênia, Ruanda, Samoa, São Marino, São Tomé e Príncipe, Seychelles, Senegal, Sérvia (incluindo Kosovo), Suécia, Suíça, Timor leste, Togo, Turquemenistão, Turquia, Tuvalu, Ucrânia, Uruguai, Uzbequistão, Vanuatu, Vaticano e Venezuela⁵².

Na França, o então presidente François Mitterrand, ao cumprir a promessa que havia feito em tempos de eleição, pediu a Robert Badinter, então ministro da justiça, para que fosse preparada um projeto de lei que abolisse a pena de morte no país⁵³. Dessa forma, se iniciou o processo de abolição da pena de morte no país europeu.

Em nove de outubro de 1981 a lei que aboliu a pena capital na França foi inscrita oficialmente no *Journal Officiel*. Nas palavras de Robert Badinter, a pena de morte deveria ser abolida de forma urgente, “porque nenhum homem é inteiramente

⁵² AMNISTIA INTERNACIONAL. *Lista dos países abolicionistas e retencionistas (31 de Dezembro de 2009)*. 2010. Disponível em: <<http://www.amnistia-internacional.pt/dmdocuments/ListaAbolicionistasRetencionistas.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁵³ FRANÇA. *Lei de 9 de outubro de 1981: abolição da pena de morte na França*. S. d. Disponível em: <<http://www.france.fr/pt/instituicoes-e-valores/lei-de-9-de-outubro-de-1981-abolicao-da-pena-de-morte-na-franca.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

responsável, porque nenhuma justiça pode ser absolutamente infalível, a pena de morte é moralmente inaceitável”⁵⁴.

Já na Austrália, em que a pena de morte é abolida desde 1985, e que teve dois cidadãos condenados e executados por tráfico de drogas em abril de 2015 na Indonésia, a ministra do exterior Julie Bishop afirmou que a pena capital é aberrante e que o governo da Austrália é contra a pena capital em todas as instancias. Por isso, para a Austrália é uma situação desagradável que dois cidadãos tenham sido executados na Indonésia⁵⁵.

Para o primeiro ministro australiano, Tony Abbott, a penalidade aplicada contra dois cidadãos australianos foi cruel e desnecessária, pois após uma década na prisão, ambos já estavam reabilitados. Abbott afirmou, ainda, que a relação com a indonésia estaria passando por tempos sombrios, mas que a relação entre os dois países seria restaurada. Exclamou, ainda, que a Austrália estava abalada e que sentia que ele, em pessoa e não como governo, se sentia frustrado e fracassado com as famílias dos executados⁵⁶.

Assim como a Austrália, o Nepal é um país que aderiu a abolição da pena capital em 1997⁵⁷, sendo considerado o único país do sul da Ásia que não pune com a pena de morte a relação entre homossexuais⁵⁸.

Já no Canadá, país abolicionista desde 1998⁵⁹, teve como última execução o duplo enforcamento de Arthur Lucas e Ronald Turpin em 1962. Em 1976 foi abolida a pena de morte do ordenamento jurídico canadense para crimes de

⁵⁴ FRANÇA. *Lei de 9 de outubro de 1981: abolição da pena de morte na França*. S. d. Disponível em: <<http://www.france.fr/pt/instituicoes-e-valores/lei-de-9-de-outubro-de-1981-abolicao-da-pena-de-morte-na-franca.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁵⁵ DW. *Austrália condena pena de morte e ameaça com retirada de embaixador*: Ministério do Exterior Australiano chama sentença de ‘aberrante’ e não descarta retirar seu representante da Indonésia, como fizeram Brasil e Holanda. Procurador indonésio aposta em ‘efeito intimidatório’ das execuções. 19 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/austr%C3%A1lia-condena-pena-de-morte-e-amea%C3%A7a-com-retirada-de-embaixador/a-18199347>>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁵⁶ WHITEMAN, Hilary; CASTILLO, Mariano; QUIANO, Kathy. Australia recalls ambassador after Indonesia executes prisoners. In: *CNN*, 29 de abril de 2015. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2015/04/28/asia/indonesia-firing-squad-executions/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁵⁷ ORDEM DOS ADVOGADOS. *Dia mundial da abolição da pena de morte*. S. d. Disponível em: <http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=117&idsc=9562&ida=30054>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁵⁸ SHRESTHA, Manesh. Nepal, o último refúgio para os homossexuais do sul da Ásia. In: *R7 Notícias*, 02 de março de 2014. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/internacional/nepal-o-ultimo-refugio-para-os-homossexuais-do-sul-da-asia-02032014>>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁵⁹ ORDEM DOS ADVOGADOS, op. cit.

homicídio, e em 1987 um projeto de lei tentou restabelecê-la. Porém, não prosperou em 1998 a pena capital foi abolida para todos os crimes⁶⁰.

A Holanda, da mesma forma que a Austrália, teve cidadãos executados na Indonésia pelo mesmo delito. Por ser um país abolicionista desde 1982, o país considerou um atraso e uma violação dos Direitos Humanos as execuções⁶¹. Já o Reino Unido aboliu, em todos seus territórios, a pena capital em 1998⁶². A última execução em território britânico foi em 1977, ao condenado Larry Winfield Tackly, que assassinou o governador da ilha de Bermudas, Dick Sharples⁶³.

Nos dias atuais, em que a primazia da dignidade da pessoa humana existe, a violação dos Direitos Humanos com quaisquer tipos de penas cruéis, degradantes ou de morte, é um retrocesso para o mundo. Os direitos inerentes à pessoa humana são um avanço para a sociedade mundial atual, mas as execuções por pena de morte, que alguns países continuam a adotar, fazem com que as conquistas pelos Direitos Humanos sofram retrocesso.

Em países, como a Ruanda, onde foi o palco de um grande genocídio, a abolição da pena de morte teve outros interesses. O parlamento da Ruanda decidiu por abolir a pena capital para que muitos envolvidos no genocídio fossem extraditados para o país de origem, e dessa forma, pudessem cumprir suas penas no país. Apesar do interesse político, a Ruanda tem seu mérito por ter se tornado abolicionista⁶⁴. A abolição da pena de morte ocorreu de forma oficial em 2007⁶⁵.

⁶⁰ RECURSOS EDUCATIVOS. *A pena de morte no Canadá*. S. d. Disponível em: <<http://finslab.com/enciclopedia/letra-a/a-pena-de-morte-no-canada.php>>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁶¹ RECURSOS EDUCATIVOS. *A pena de morte na Holanda*. Disponível em: <<http://finslab.com/enciclopedia/letra-a/a-pena-de-morte-na-holanda.php>>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁶² ORDEM DOS ADVOGADOS. *Dia mundial da abolição da pena de morte*. S. d. Disponível em: <http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=117&idsc=9562&ida=30054>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁶³ JORNALISTA EXTERNO. Governo britânico extingue totalmente a pena de morte. In: *Paraná Online*, 31 de outubro de 2002. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/mundo/news/29789/?noticia=GOVERNO+BRITANICO+EXTINGUE+TOTALMENTE+A+PENADE+MORTE>>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁶⁴ ASIIIMWE, Arthur. Ruanda elimina pena de morte para assegurar extradições. In: *Globo.com*, 09 de junho de 2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1560014-5602,00-RUANDA+ELIMINA+PENADE+MORTE+PARA+ASSEGUARAR+EXTRADICOES.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁶⁵ MARINOTO, Ronny. Ruanda: abolida pena de morte no país. In: *Além-mar – Visão missionária*, 12 de junho de 2007. Disponível em: <<http://www.alem-mar.org/noticias/EEIEyuAVppGOqrzLYA.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

1.4 Dos países que aboliram na prática a pena capital

Alguns países, apesar de terem em seus ordenamentos jurídicos a previsão da pena de morte para crimes comuns, como homicídio, não aplicam e por isso podem ser chamados de abolicionistas na prática. São eles: Argélia, Benin, Brunei, Burkina Faso, Camarões, Coreia do Sul, Eritreia, Federação Russa, Gabão, Gâmbia, Gana, Granada, Laos, Libéria, Madagascar, Maláui, Maldivas, Mali, Marrocos, Mauritânia, Myanmar, Nauru, Nigéria, Papua Nova Guiné, Quênia, República Central Africana, República do Congo, Sirilanka, Suazilândia, Suriname, Tajiquistão, Tanzânia, Tonga, Tunísia e Zâmbia⁶⁶.

Segundo Ivan Simonovic, subsecretário de Direitos Humanos da ONU, não se tem evidência de que a pena capital diminua delitos criminosos. Atualmente, 160 países são abolicionistas ou nunca adotaram a pena de morte. Madagascar é um país que tem em seu ordenamento a previsão da pena de morte, mas na prática é abolicionista⁶⁷. A última execução conhecida no país foi em 1958⁶⁸.

Já em Marrocos, o diretor de assuntos criminais explanou que o país está prestes a se tornar abolicionista também em seu ordenamento, pois na prática já é⁶⁹. Logo, será um avanço para os órgãos internacionais que buscam pela abolição total da pena capital em todos os países do globo.

A Rússia, por outro lado, por mais que seja abolicionista na prática, não prevê a ratificação de nenhum protocolo internacional que proíba a pena de morte,

⁶⁶ AMNISTIA INTERNACIONAL. *Lista dos países abolicionistas e retencionistas (31 de Dezembro de 2009)*. 2010. Disponível em: <<http://www.amnistia-internacional.pt/dmdocuments/ListaAbolicionistasRetencionistas.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁶⁷ ONU Brasil. “Não há nenhuma evidência de que a pena de morte desencoraje qualquer crime”, diz representante da ONU: apesar do progresso nos últimos anos para que a pena de morte seja abolida universalmente, vários países continuam a aplicá-la para crimes relacionados com as drogas. In: Cidade Nova – Fraternidade em Rede, 06 de março de 2015. Disponível em: <http://www.cidadenova.org.br/editorial/informa/1345-nao_ha_nenhuma_evidencia_de_que_a_pena_d>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁶⁸ AMNISTIA INTERNACIONAL. *Países abolicionistas na prática*. Disponível em: <<https://contrapenademorte.wordpress.com/a-pena-de-morte-no-mundo/paises-abolicionistas-na-pratica/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁶⁹ JORNAL DE NOTÍCIAS. *Marrocos: país quer abolir a pena de morte*. Rabat, 25 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1888272#AreaComentarios>. Acesso em: 10 maio 2015.

por medo de possíveis atividades terroristas no país. No entanto, o Tribunal Constitucional russo interditou a aplicação da pena de morte em 2010⁷⁰.

Segundo relatório da *Amnistia Internacional de Portugal*, alguns países são abolicionistas por não aplicarem a pena capital há pelo menos dez anos, conforme exposto no Quadro 2⁷¹, a seguir.

Quadro 2 – Países que aboliram na prática a pena capital (continua).

País	Data da última execução
Argélia	1993
Benim	1987
Brunei	1957
Burkina Faso	1988
Camarões	1997
Congo	1982
Coréia do Sul	1997
Eritreia	1989
Gabão	1981
Gâmbia	1981
Gana	1993
Granada	1978
Laos	1989
Libéria	2000
Madagascar	1958
Malauí	1992
Maldivas	1952
Mali	1980
Marrocos	1993
Mauritânia	1987
Mianmar	Anos 80

⁷⁰ EXPRESSO. Rússia: pena de morte tem que ser mantida devido ao terrorismo: a ameaça terrorista é a explicação dada pela Rússia para não ratificar o protocolo relativo à abolição da pena de morte da Convenção Europeia dos Direitos Humanos. In: *Expresso*, 23 de março de 2010. Disponível em: <<http://expresso.sapo.pt/actualidade/russia-pena-de-morte-tem-que-ser-mantida-devido-ao-terrorismo=f572496>>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁷¹ AMNISTIA INTERNACIONAL. *Países abolicionistas na prática*. Disponível em: <<https://contrapenademorte.wordpress.com/a-pena-de-morte-no-mundo/paises-abolicionistas-na-pratica/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

Quadro 2 – Países que aboliram na prática a pena capital (conclusão).

País	Data da última execução
Nauru	Não ocorreu execução desde a independência do país
Nigéria	1976
Papua Nova Guiné	1950
Quênia	1987
República Centro-Africana	1981
Rússia	1999 – o país introduziu uma moratória sobre as execuções em 2006
Srilanka	1976
Suriname	1982
Suazilândia	1983
Tajiquistão	2004
Tanzânia	1995
Togo	1978
Tonga	1982
Tunísia	1991
Zâmbia	1997

Com isso, é possível notar que vários países estão progredindo em relação aos Direitos Humanos. É um avanço imensurável a abolição da pena para a sociedade atual, e a não aplicação da referida pena em países que a mantém, mostram o progresso mundial em relação aos direitos inerentes à pessoa humana, assim como respeito à vida.

1.5 Dos métodos de aplicação da pena capital

A pena de morte já fora aplicado de diversas formas ao longo dos séculos, sendo todas cruéis e degradantes a pessoa. Nos dias atuais, porém, em alguns países como os EUA, tenta-se aplicar a pena de forma rápida, e o mais humana possível, através da injeção letal⁷².

⁷² SUPER INTERESSANTE. Que tipos de pena de morte são usadas atualmente? In: *Mundo Avançado*, 1º de outubro de 2012. Disponível em: http://mundo.avancado.info/index.php?option=com_content&view=article&id=886:que-tipos-de-

Porém, no Estado americano de Oklahoma, por meio de sua câmara legislativa, votou pela inalação de nitrogênio como forma de aplicação da pena capital. Para os legisladores, a inalação é uma forma rápida e eficaz⁷³.

A aplicação de nitrogênio é um método para substituir a injeção letal, que em alguns casos falhou, e o condenado sofreu problemas respiratórios e agonias por tempo demasiado grande⁷⁴.

Nos EUA tem tido uma queda ao apoio da pena capital, em principal os democratas. Em 1996, apenas 25% deles eram contra e hoje, estima-se que 56% são contrários a pena de morte⁷⁵.

Os EUA estão tendo dificuldades na obtenção das drogas que são utilizadas para a injeção letal, e por isso, estão sendo debatidas novas formas de aplicação. Além de Oklahoma ter sancionado a utilização da inalação de nitrogênio, Utah aprovou o pelotão de fuzilamento. Já no Tennessee, em caso de não aplicação da injeção letal, deve-se utilizar a cadeira elétrica⁷⁶.

A discussão sobre as novas maneiras de aplicar a pena de morte foram levantadas por prisioneiros que estão no corredor da morte de Oklahoma, que moveram uma ação afirmando que o ansiolítico Midazolam, que faz parte do coquetel de drogas usados na injeção letal, não oferece um real estado de inconsciência profundo, e por isso as drogas se tornam dolorosas. Com isso, o uso desse medicamento fere a Oitava Emenda da Constituição americana, que veda punições cruéis⁷⁷.

pena-de-morte-sao-usados-atualmente&catid=132:curiosidades&Itemid=253>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁷³ AGÊNCIA AFP. Oklahoma vota por inalação de nitrogênio em pena de morte: agonias após injeção letal provocam debate no país nos EUA. Legisladores esperam que governador promulgue lei. In: *G1*, 10 de abril de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/04/oklahoma-vota-por-inalacao-de-nitrogenio-em-pena-de-morte.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁷⁴ Ibidem.

⁷⁵ AGÊNCIA AFP. Pesquisa mostra queda do apoio à pena de morte nos Estados Unidos. In: *Yahoo! Notícias*, 16 de abril de 2015. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/pesquisa-mostra-queda-apoio-%C3%A0-pena-morte-nos-202805156.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁷⁶ CORRÊA, Alessandra. EUA: busca de alternativas à injeção letal inflama debate sobre pena de morte. In: *BBC Brasil*, Winstom-Salem, 29 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150427_injecao_letal_eua_pai_ac>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁷⁷ Ibidem.

O processo dos condenados a morte teve início quando a execução de Clayton Lockett, realizada em 2014 em Oklahoma, acordou após o uso de Midazolam e informou aos guardas que as drogas não estavam funcionando. O país inteiro entrou em comoção, já que o condenado agonizou por 43 minutos antes de morrer⁷⁸.

Com tantos entraves, o apoio as condenações a morte caiu no país. Há duas décadas, 78% das pessoas diziam apoiar a pena de morte, e hoje, 56% são favoráveis⁷⁹.

Nos dias atuais, acredita-se que os métodos mais aplicados são: apedrejamento, em que consiste em um grau máximo de sofrimento, já que entre a primeira pedra e a morte do condenado transcorre mais de uma hora. Essa modalidade de pena é bastante aplicada em países como Paquistão e Arábia Saudita⁸⁰.

Outro método de aplicação da pena capital é a cadeira elétrica, em que o sofrimento do condenado varia, já que se a morte ocorrer no primeiro choque, o sofrimento é médio. Mas se for preciso outras descargas, o sofrimento passa a ser alto. Os EUA é o único país em que se tem notícia que utiliza esse método. Ainda, existe a forca – comum em países como EUA, China e Iraque, em que a vítima sofre de acordo com o tamanho da corda. Se for curta, o sofrimento é alto⁸¹.

A injeção letal, por mais que exista discussões sobre a eficácia do coquetel utilizado para deixar o condenado em estado de inconsciência, ainda é considerado de grau mínimo de sofrimento. Sua aplicabilidade é comum na China, Guatemala e nos EUA⁸².

⁷⁸ CORRÊA, Alessandra. EUA: busca de alternativas à injeção letal inflama debate sobre pena de morte. In: *BBC Brasil*, Winstom-Salem, 29 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150427_injecao_letal_eua_pai_ac>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁷⁹ Ibidem.

⁸⁰ SUPER INTERESSANTE. Que tipos de pena de morte são usadas atualmente? In: *Mundo Avançado*, 1º de outubro de 2012. Disponível em: <http://mundo.avancado.info/index.php?option=com_content&view=article&id=886:que-tipos-de-pena-de-morte-sao-usados-atualmente&catid=132:curiosidades&Itemid=253>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁸¹ Ibidem.

⁸² Idem.

Na Arábia Saudita e na China ainda é comum o uso de decapitações. Nesse tipo de execução, o sofrimento é considerado mínimo se a vítima morrer na primeira golpeada⁸³.

Em casos recentes que ocorreram na Indonésia, é possível ver outro método de aplicabilidade da pena de morte. O fuzilamento, muito utilizado em alguns países, como Somália, Indonésia e outros, é considerado de grau médio⁸⁴. Com a recente execução de brasileiros e outros estrangeiros na Indonésia, por fuzilamento, foi demonstrado como a pena é aplicada, conforme exposto na Figura 1⁸⁵, a seguir.

⁸³ SUPER INTERESSANTE. Que tipos de pena de morte são usadas atualmente? In: *Mundo Avançado*, 1º de outubro de 2012. Disponível em: <http://mundo.avancado.info/index.php?option=com_content&view=article&id=886:que-tipos-de-pena-de-morte-sao-usados-atualmente&catid=132:curiosidades&Itemid=253>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁸⁴ Ibidem.


⁸⁵ VERONEZ, Luciano. Entenda como funciona a execução por fuzilamento na Indonésia. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/01/1576723-entenda-como-funciona-a-execucao-por-fuzilamento-na-indonesia.shtml>>. Acesso em: 10 maio 2015.

COMO FUNCIONA A EXECUÇÃO NA INDONÉSIA

Veja como a legislação do país regula a pena de morte por tráfico de drogas


Ilustrações Luciano Veronezi

1




O detento é levado da prisão até o local de execução. Ele pode estar acompanhado de um líder espiritual e de seu advogado

2



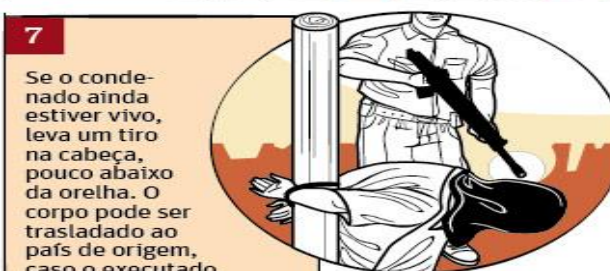
Então, é encapuzado ou vendado, e tem as mãos e os pés amarrados a um tronco. Pode ficar em pé, sentado ou ajoelhado

6



Um médico atesta se o detento morreu

7



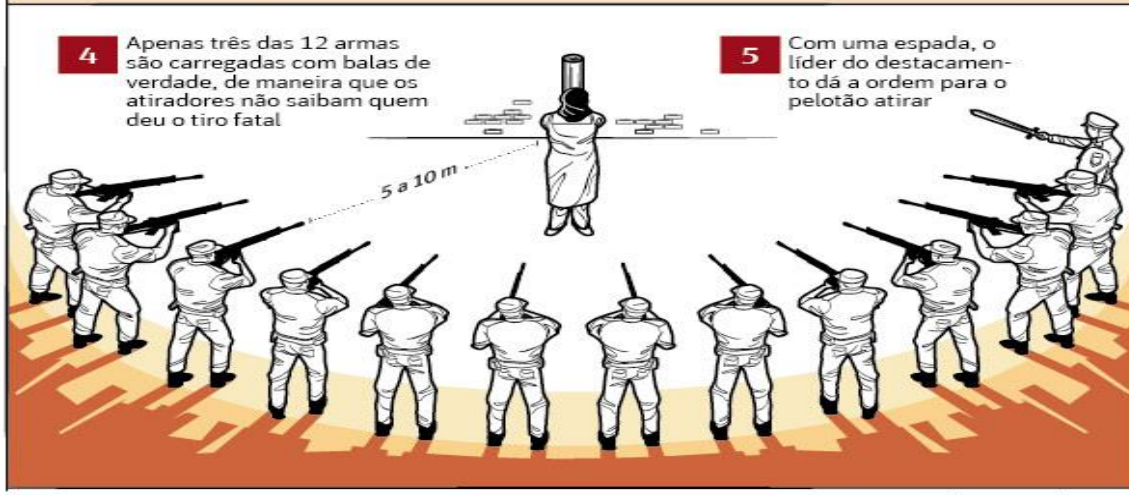
Se o condenado ainda estiver vivo, leva um tiro na cabeça, pouco abaixo da orelha. O corpo pode ser trasladado ao país de origem, caso o executado seja estrangeiro

Fontes: Anistia Internacional, decreto presidencial nº2/1964 e padre Charli Burrows, que acompanhou execuções


3 Um grupo de policiais de um destacamento de elite da polícia Indonésia, formado por 12 pessoas, se posiciona a uma distância de cinco a dez metros do detento

4 Apenas três das 12 armas são carregadas com balas de verdade, de maneira que os atiradores não saibam quem deu o tiro fatal

5 Com uma espada, o líder do destacamento dá a ordem para o pelotão atirar




QUEM DEVE SER EXECUTADO NESTE DOMINGO (18)



Marco Archer Cardoso Moreira, 53 (Brasil)
Namona Denis, 48 (Maláui)
Daniel Enemu, 38 (Nigéria)
Ang Kiem Soel, 62 (Holanda)
Tran Thi Bich Hanh, 37 (Vietnã)
Rani Andriani, 39 (Indonésia)


Divulgação




Complexo prisional na ilha Nusakambangan

Diida Nuswantara/AFP

ONDE FICA



MALÁSIA
 Jakarta
 INDONÉSIA
 Oceano Pacífico
 Ilha Nusakambangan, onde ocorrerá a execução
 AUSTRÁLIA



POPULAÇÃO (EM 2014)
 252,8 milhões

PIB (EM 2013)
 US\$ 868,3 bilhões

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA
 República. É a terceira maior democracia do mundo, com 187 milhões de eleitores.
 Presidente: Joko Widodo

Fonte: Banco Mundial

Figura 1 – Funcionamento de uma execução na Indonésia.

No entanto, por mais que essas penas visem que os condenados não sofram, o sofrimento é sempre inevitável e máximo. Além de ser condenada a morte, a pessoa espera anos em um corredor da morte, e psicologicamente existe um grande sofrimento.

No entanto, o brasileiro Osvaldo Almeida condenado à morte nos EUA, teve sua pena modificada em razão de possíveis erros cometidos pela polícia que poderiam influenciar no julgamento. Com isso, a pena de morte foi modificada para pena perpétua, mas ao contrário de muitos detentos, o brasileiro afirma que preferiria ter sido executado ao passar toda uma vida dentro da prisão⁸⁶.

Osvaldo se arrepende de ter revertido a pena, e explana que ele pensava que a prisão seria melhor que a morte, já que viver é melhor que morrer, mas que quando decidiu isso, não sabia como era a vida na prisão. Hoje, ele admite que preferia ter sido executado do que viver em uma cadeia, em que nada se pode fazer, além de ler e assistir televisão⁸⁷.

Com isso, pode-se afirmar que a pena perpétua é tão desumana quanto à pena de morte, e que os países deveriam questionar e reavaliar as execuções e as penalidades internas. Para Guilherme de Souza Nucci⁸⁸, “a pena tem caráter multifacetado, envolvendo, necessariamente, os aspectos retributivo e preventivo [...]”. Ou seja, a pena tem como um dos objetivos a punição, a qual é uma medida privativa do Estado. Por outro lado, a censura imposta pelo Estado ao delituoso faz com o que o processo penal seja eficiente, no qual inibem outros de cometer os mesmos erros. E, por fim, pretende-se que o preso cumpra sua pena e seja ressocializado na sociedade, para que não volte a cometer os mesmo erros⁸⁹.

⁸⁶ FANTÁSTICO. Brasileiro se arrepende de ter revertido pena de morte para prisão perpétua: escapar da execução é o sonho de 3 mil detentos que esperam no corredor da morte nos EUA. Mas 15 anos após sair da lista, Osvaldo se arrependeu. In: *G1*, 03 de maio de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/05/brasileiro-se-arrepende-de-ter-revertido-pena-de-morte-para-prisao-perpetua.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁸⁷ Ibidem.

⁸⁸ NUCCI, Guilherme de Souza. Execução penal. In: NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de Processo Penal e Execução Penal*. Rio de Janeiro: Forense, 2014. p. 942.

⁸⁹ SALLA DURO, Eduardo Zottis. Os objetivos da execução penal. In: *WebArtigos*, 25 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/os-objetivos-da-execucao-penal/129977/>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

Em suma, o criminoso deve ser punido pelo Estado, mas deve ter a chance de melhorar e mudar. Com a aplicação da pena capital, é retirado do sujeito o direito a vida e o direito de melhorar, sendo, portanto, exagerada e irreversível.

CAPÍTULO 2 – A LEGISLAÇÃO INTERNA E A LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL

Nos dias atuais, diversos países ratificaram tratados em relação aos direitos da pessoa humana. Sendo assim, pela importância do Direito Internacional pela matéria de Direitos Humanos no mundo, esses tratados passam a ter força normativa de lei e, muitas vezes, possuem uma soberania sob as leis internas dos Estados Partes. Para tanto, os Direitos Humanos são interesse supremo dos Estados que integram esses diversos Protocolos Internacionais.

A abordagem desse capítulo será dividida em dois momentos: primeiramente, será analisada qual a responsabilidade dos países em relação aos Direitos Humanos e até que ponto a soberania do país é aceita. Ou seja, a soberania do país em executar alguém está acima da responsabilidade dos países em relação à preservação dos Direitos Humanos? Por fim, na segunda parte do capítulo, será trabalhado os conflitos que podem existir entre a lei interna de um país e os tratados.

2.1 A soberania e responsabilidade dos países

O conceito de soberania surgiu na era do Renascimento, na Idade Moderna, e era necessário para que os poderes pudessem ser centralizados⁹⁰. Já nos dias atuais, a soberania está cada vez mais conectada com os ditames do Direito Internacional. E, para alguns autores, a soberania seria “uma qualidade do poder do Estado, consistente num poder incontestável na ordem interna e poder em igualdade de condições com os demais poderes soberanos na ordem internacional”⁹¹.

No que tange a responsabilidade internacional do Estado, consiste em dizer que o país é responsável e, responde de forma subjetiva, pela prática de um fato ilícito, ou seja, para o Direito Internacional, o Estado que vier a causar um dano

⁹⁰ FERRAZ, Sérgio Valladão. Introdução ao estudo do Direito Constitucional. In: FERRAZ, Sérgio Valladão. *Curso de Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. p. 3.

⁹¹ Ibidem.

a outrem, deve indenizá-lo na proporção adequada⁹². Porém, essa responsabilidade deve ter uma relação direta com o sujeito de Direito Internacional, sendo que os direitos e deveres atribuídos devem estar no mesmo patamar internacional⁹³.

Ainda, para que um Estado seja internacionalmente responsável, deve haver culpa em sua ação, já que casos fortuitos não acarretam em responsabilidade. Além disso, o Estado responde por todo ato ou omissão que deveria ter feito, e também nas que sejam resultados de violações expressas de normas ou obrigações internacionais⁹⁴.

No âmbito de discussão sobre a soberania de cada Estado, a Corte Internacional teve que limitar a jurisdição dos países em uma ação entre Itália e Alemanha. Em 1998, o italiano Luigi Ferrini entrou com um processo ensejando indenização por danos morais e materiais da Alemanha, por ter sido capturado e escravizado pelo exército alemão durante a Segunda Guerra Mundial. O caso foi aceito pela Corte Suprema de Cassação da Itália por entender que a justiça italiana teria competência para julgar o pedido de Ferrini. Logo, vários processos contra a Alemanha foram para o judiciário italiano, já que o precedente foi aberto. A Itália alegou que a imunidade jurisdicional dos países não é absoluta ou soberana quando se trata de violações de Direitos Humanos e, por outro lado, a Alemanha entendeu que essa decisão foi grande desrespeito a soberania do país⁹⁵.

Em casos como este, é possível notar divergentes opiniões acerca do tema. Se, a Alemanha for condenada em todos os países em que haja vítimas do nazismo, será sua soberania desrespeitada? Por outro lado, a Itália poderia julgar e condenar a Alemanha pelo nazismo sob a primazia dos Direitos Humanos?⁹⁶

⁹² REZEK, J. F. Responsabilidade Internacional. In: REZEK, J. F. *Direito Internacional público*. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 261.

⁹³ ACCIOLY, Hildebrando. NASCIMENTO E SILVA, G. E. do.; CASELLA, Paulo Borba. Responsabilidade internacional do Estado. In: ACCIOLY, Hildebrando. NASCIMENTO E SILVA, G. E. do.; CASELLA, Paulo Borba. *Manual de Direito Internacional público*. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 377.

⁹⁴ Ibidem, p. 378-379.

⁹⁵ DIREITO INTERNACIONAL. Corte internacional discute soberania dos países. In: *Lira & Associados Advocacia*, 08 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.liraa.com.br/conteudo/735/corte-internacional-discute-soberania-dos-paises>>. Acesso em: 12 maio 2015.

⁹⁶ Ibidem.

Outra discussão atual é em relação a pena de morte aplicada na Indonésia ao delito de tráfico de drogas. Além de ter sido executados nacionais, foram executados também estrangeiros, como australianos, holandeses⁹⁷, nigerianos, brasileiros e vietnamitas^{98 99}.

Para o primeiro ministro da Austrália, Tony Abbott, a execução da pena capital é cruel e desumana, porém, se respeita a soberania da Indonésia, já que cada país tem o direito de ditar e seguir suas próprias leis. Mas, essa condenação não pode ser considerada normal para Abbott. Por outro lado, a execução deixou uma tensão entre os dois países, que possuem relações estreitas. Dessa forma, assim como demais representantes de outros países que tiveram nacionais executados, Abbott pediu pela retirada do embaixador australiano do país. Essa medida é uma forma de demonstrar descontentamento com a decisão da Indonésia em seguir com a execução dos condenados¹⁰⁰.

Para a Holanda, a execução de holandeses e de outros condenados é uma grave violação aos Direitos Humanos e um retrocesso nos dias atuais. O país demonstrou grave descontentamento a execução de seus nacionais, retirando do país seu embaixador¹⁰¹.

⁹⁷ ALVAREZ, Rodrigo. Indonésia ignora apelos e executa oito traficantes de drogas: condenados eram do Brasil, da Austrália, da Nigéria e da Indonésia. Antes de morrer, brasileiro recebeu um padre, um diplomata e uma prima. In: *G1*, 29 de abril de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/hora1/noticia/2015/04/indonesia-ignora-apelos-e-executa-oito-trafficantes-de-drogas.html>>. Acesso em: 12 maio 2015.

⁹⁸ *G1*. *Veja quem são os oito executados por tráfico de drogas na Indonésia*. São Paulo, 28 de abril de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/04/veja-quem-sao-os-oito-executados-por-trafico-de-drogas-na-indonesia.html>>. Acesso em: 12 maio 2015.

⁹⁹ ANISTIA INTERNACIONAL. *Ação urgente: seis pessoas condenadas à morte por delitos com drogas*. S. d. Disponível em: <<https://anistia.org.br/entre-em-acao/carta/acao-urgente-seis-pessoas-condenadas-morte-por-delitos-com-drogas/>>. Acesso em: 12 maio 2015.

¹⁰⁰ WARDELL, Jane. Austrália chama embaixador de volta após execuções na Indonésia. In: *Reuters Brasil*, 28 de abril de 2015. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRKBN0NJ2NG20150428>>. Acesso em: 12 maio 2015.

¹⁰¹ REDAÇÃO ÉPOCA. Holanda se soma a Brasil e critica pena de morte na Indonésia: o holandês Ang Kiem Soei foi executado junto com o brasileiro Marco Archer. Holanda convocou embaixador em Jacarta para explicações. In: *Época*, 18 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/filtro/noticia/2015/01/holanda-se-soma-brasil-e-critica-bpena-de-morte-na-indonesiab.html>>. Acesso em: 12 maio 2015.

Por outro lado, para o Presidente Joko Widodo da Indonésia, a soberania do seu país e suas leis devem ser respeitadas, não justificando, dessa forma, as manifestações ao redor do mundo contra a execução dos condenados a morte¹⁰².

Da mesma forma que a Austrália e a Holanda tiveram nacionais executados, o Brasil teve dois brasileiros (Marcos Archer e Rodrigo Gularte) também executados na Indonésia pelo crime de tráfico de drogas. A Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, fez diversos apelos para impedir a execução dos brasileiros e demonstrou descontentamento e desconsentada após a Indonésia negar o pedido de clemência e executá-los¹⁰³.

A tensão entre Brasil e Indonésia cresceu quando a Presidente do Brasil não quis entregar as credenciais ao embaixador da Indonésia, e retirou o embaixador do Brasil de Jacarta. Para o Presidente da Indonésia, o ato de Dilma ao negar as credenciais foi desrespeitoso, já que o embaixador brasileiro nunca foi destrutado na Indonésia¹⁰⁴.

A execução do segundo brasileiro, Rodrigo Gularte, intensificou ainda mais as tensões entre os dois Estados. A defesa de Gularte alegou que ele era esquizofrênico, e que não se pode condenar a morte pessoas com doença mental. No entanto, apesar de diversos delírios do brasileiro indicar a doença, a Indonésia manteve os laudos médicos em segredo e prosseguiu com a execução do mesmo¹⁰⁵.

¹⁰² BBC Brasil. *Soberania e lei têm de ser respeitadas, diz presidente indonésio sobre execução de brasileiro*. 19 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150119_indonesia_presidente_bg>. Acesso em: 12 maio 2015.

¹⁰³ DILMA pede clemência para os traficantes brasileiros presos e condenados à morte na Indonésia. Não é atendida. In: *Blog do Coronel*, 16 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://coturnonoturno.blogspot.com.br/2015/01/dilma-pede-clemencia-para-os.html>>. Acesso em: 12 maio 2015.

¹⁰⁴ HAUBERT, Mariana. Com atrito diplomático, Dilma nega credenciais a embaixador da Indonésia. In: *Folha de São Paulo*, 20 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/02/1592313-com-atrito-diplomatico-dilma-recusa-credencial-de-embaixador-da-indonesia.shtml>>. Acesso em: 12 maio 2015.

¹⁰⁵ PLANTÃO BRASIL. *Itamaraty: execução de brasileiro é 'inaceitável'*. 27 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.plantaobrasil.com.br/news.asp?nID=89769>>. Acesso em: 12 maio 2015.

No entanto, no caso de ser verídica a doença de Gularte, a Indonésia praticou um crime irreparável, já que por meio de diversos tratados ratificados na Indonésia, não é permitido executar doentes mentais, sendo então, uma afronta ao Direito Internacional¹⁰⁶.

Não se discute, no entanto, a soberania da Indonésia. Porém, o país deveria ter sido compadecente, já que os brasileiros são de um país em que a pena de morte não é aplicada a crimes comuns, e sendo extremamente cruel a penalidade de morte ao crime de drogas¹⁰⁷.

Nos dias atuais, a soberania é entendida como cooperação mútua entre os países, e por isso, a aplicação de penas cruéis é uma grande violência e falta de diplomacia entre os países¹⁰⁸.

É sabido que na República da Indonésia a pena de morte não é aplicada aos terroristas, então seria plausível que um país tratasse terroristas de modo mais complacente e humano do que traficantes de drogas? Ainda, a Indonésia integra a Organização das Nações Unidas – ONU, e ratificou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que prevê que “todo homem tem direito a vida” (artigo III)¹⁰⁹.

Salienta-se, que nas palavras de Patrícia Ferreira¹¹⁰,

Com a criação e a ratificação dos tratados internacionais de direitos humanos a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados provocaram uma transformação radical no regime de responsabilidade internacional. A partir de então, a responsabilidade internacional deixou de proteger apenas os interesses e reparar os danos e prejuízos causados por disputas internacionais Estado X Estado ou por um Estado contra o nacional de outro. Agora, pela primeira vez, incorre em responsabilidade internacional o Estado que viola um dispositivo internacional que protege o direito de seus próprios nacionais.

¹⁰⁶ AZHAR, Haris. A luta pelos direitos humanos na Indonésia: avanços internacionais, entraves domésticos. *Conectas – Direitos Humanos*, v. 11, n. 20, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/sur/edicao/20/1007304-a-luta-pelos-direitos-humanos-na-indonesia-avancos-internacionais-entraves-domesticos>>. Acesso em: 12 maio 2015.

¹⁰⁷ MACIEL FILHO, Euro Bento. Pena de morte e soberania da Indonésia. In: *Correio Braziliense*, Direito & Justiça, Brasília, p. 1, maio, 2015.

¹⁰⁸ Ibidem.

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ CORREIA, Ludmila Cerqueira. *Responsabilidade internacional por violação de direitos humanos: o Brasil e o caso Damião Ximenes*. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/22295-22296-1-PB.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2015.

Contudo, se na Indonésia a pena de morte é prevista no ordenamento jurídico, ressalta-se que não terá que ser responsabilizado. Além disso, nada pode ser feito para que a vida seja devolvida aquele que foi executado. Nas palavras de André de Carvalho Ramos¹¹¹:

A responsabilidade internacional do Estado por violação de direitos humanos é, inegavelmente, uma responsabilidade objetiva. O cerne deste instituto está no dever de reparação que nasce toda vez que houver uma violação de uma norma internacional. Basta a comprovação do nexo causal, da conduta e do dano em si.

Dessa forma, as relações internacionais entre a República da Indonésia e vários outros países abolicionistas, como Austrália e Holanda; ou com o Brasil, que é abolicionista para crimes comuns, gera uma grande tensão internacional. Dessa forma, tem-se que a Indonésia irá colher os frutos dessas tensões, por ter seguido a sua lei interna fielmente, e não ter concedido clemência aos países dos condenados.

2.2 Os conflitos entre a legislação interna e a legislação internacional

Nas palavras do jurista Francisco Rezek, os tratados são acordos formais, em que as partes são sujeitos de Direito Internacional público¹¹². Dessa forma, sendo consciente um pacto entre dois Estados para o mesmo fim, e sendo de ordem internacional, tal norma deve ser soberana em relação aos ditames internos, mas não devem ser taxadas de normas superiores as leis internas.

A República Federativa do Brasil, comumente chamada de Brasil, é um país soberano que se submete as jurisdições internacionais, como o Tribunal Penal Internacional – TPI. O país é signatário de diversos tratados internacionais, dentre eles o Pacto de Roma de 1998 e, por isso, o TPI possui competência de forma

¹¹¹ CORREIA, Ludmila Cerqueira. *Responsabilidade internacional por violação de direitos humanos: o Brasil e o caso Damião Ximenes*. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/22295-22296-1-PB.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2015.

¹¹² REZEK, J. F. Entendimento do fenômeno convencional. In: REZEK, J. F. *Direito Internacional público*. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 14.

permanente para processar e julgar casos em que haja grave violação dos Direitos Humanos¹¹³.

Dessa forma, na Carta Magna de 1988, em seu art. 5º, § 4º, é tido de forma expressa que o país se submete a jurisdição do TPI¹¹⁴. Nas palavras de Flávia Piovesan¹¹⁵:

Os tratados internacionais voltados à proteção dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que afirmam a personalidade internacional do indivíduo e endossam a concepção universal dos direitos humanos, acarretam aos Estados que os ratificam obrigações no plano internacional. Com efeito, se no exercício de sua soberania, os Estados aceitam as obrigações jurídicas decorrentes dos tratados de direitos humanos, passam então a se submeter à autoridade das instituições internacionais, no que se refere à tutela e fiscalização desses direitos em seu território.

Nos dias atuais, para alguns doutrinadores chamados dualistas, cada Estado tem seu próprio direito e estes independem do Direito Internacional. Ou seja, “a validade jurídica de uma norma interna não se condiciona a sua sintonia com a ordem internacional”¹¹⁶. Por outro lado, os autores monistas acreditam que a ordem jurídica é uma sob o prisma do Direito Internacional, mas alguns explanam que o direito interno é soberano¹¹⁷.

No entanto, tendo o direito interno um confronto com o Direito Internacional, ou seja, a norma *pacta sunt servanda*, é tida que seja preservada a soberania da lei doméstica, mesmo que signifique que ocorra um ilícito, que no âmbito externo se deva responder¹¹⁸.

¹¹³ FERRAZ, Sérgio Valladão. Princípios fundamentais. In: FERRAZ, Sérgio Valladão. *Curso de Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. p. 55.

¹¹⁴ Ibidem.

¹¹⁵ PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Max Limonad, 2002. p. 37.

¹¹⁶ REZEK, J. F. Introdução. In: REZEK, J. F. *Direito Internacional público*. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 4.

¹¹⁷ Ibidem.

¹¹⁸ REZEK, J. F. O Tratado em vigor. In: Idem, p. 96.

No Brasil, apesar de não estar em forma expressa, é nítido que os tratados de cunho internacional são sujeitos ao controle de constitucionalidade. Já em países como a Holanda, é tolerado em algumas situações específicas, que os tratados podem, por si só, trazer uma reforma constitucional¹¹⁹.

Em países como a Argentina, os tratados prevalecem sobre as leis domésticas anteriores a sua promulgação, ou seja, existe uma forma de hierarquia que garante ao âmbito internacional vigência absoluta, sem riscos de sofrer embargos de leis posteriores que por ventura podem o contradizer. Ainda, em países como os Estados Unidos da América – EUA, tem-se que os tratados prevalecem sobre a legislação dos Estados Federados, de forma suprema, mas não sendo superior¹²⁰.

Em relação aos Direitos Humanos e as normas internas ou externas, é adotada “a concepção contemporânea de Direitos Humanos, pela qual eles são concebidos como unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada, na qual os valores da igualdade e liberdade se conjugam e se completam”¹²¹.

Por meio da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, tem-se o marco histórico em que representa a primeira vez na história que o país alencou os Direitos Humanos como direitos fundamentais e inerentes à pessoa humana, que rege o Estado em suas relações internacionais e domésticas¹²².

Em se tratando de Direitos Humanos, a Declaração de Direitos explana que os direitos e garantias fundamentais que estão na Constituição Federal – CF de 1988 não retiram os que decorrem de tratados em que o Brasil seja parte¹²³.

A se tratar da hierarquia entre os tratados internacionais de Direitos Humanos, tem-se que o Direito Internacional e o interno, em tempos passados, eram essencialmente uma problemática que despertava interesse nas pessoas, pois estimulava que os juristas debatessem de forma apenas doutrinária. Nos dias de hoje, essa problemática evoluiu para um problema prático, já que houve um

¹¹⁹ REZEK, J. F. O Tratado em vigor. In: REZEK, J. F. *Direito Internacional público*. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 97.

¹²⁰ Ibidem, p. 97-98.

¹²¹ PIOVESAN, Flávia. A Constituição Brasileira de 1988 e os Tratados Internacionais da Proteção dos Direitos Humanos. In: PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 75.

¹²² Ibidem, p. 99.

¹²³ Idem, p. 113.

crescimento da ratificação de tratados, em que a finalidade é a própria relação entre os Estados e a sociedade local. Contudo, sabe-se que esses tratados só serão eficazes se estiverem expressos nos ordenamentos jurídicos internos de cada Estado¹²⁴.

Nos dias atuais, não se sustenta mais que a ratificação dos tratados obriguem diretamente aos Estados, sem, no entanto, gerar direitos subjetivos para a sociedade, enquanto não haja uma intermediação legislativa. Ou seja, não se precisa que seja editado um ato com força de lei, com outorga de vigência doméstica aos acordos de cunho internacional¹²⁵.

Apesar dos Estados serem soberanos em seu território, à quem diga que o Direito Internacional se sobrepõe sobre o direito interno. Para Hildebrando Accioly¹²⁶, é possível supor que o Direito Internacional é maior que os Estados, com primazia sob o direito interno, pois deriva de um princípio que é maior que o desejo dos Estados.

Contudo, não se diz que o poder dos Estados seja uma simples delegação do Direito Internacional, mas que é indiscutível que o direito interno é limitado pelo internacional. Se é possível que uma lei doméstica possa revogar leis anteriores, que sejam contrárias, pode-se dizer que a mesma situação não pode ocorrer se uma lei anterior represente um direito interno convencional, já que o Estado deve cumprir as obrigações, e não pode revogar leis de forma unilateral.

Por isso, pode se dizer que os tratados formam um direito especial, que não pode ser revogado por leis domésticas. Em palavras da Corte Permanente de Justiça Internacional, afirma-se que “é princípio geralmente reconhecido, do Direito Internacional, que, nas relações entre potências contratantes de um tratado, as disposições de uma lei interna não podem prevalecer sobre as do tratado”¹²⁷.

¹²⁴ LEARY, Virginia. *Internacional Labour Conventions and National Law: the effectiveness of the automatic incorporation of treaties in national legal systems*. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 1982. p. 1.

¹²⁵ PIOVESAN, Flávia. A Constituição Brasileira de 1988 e os Tratados Internacionais da Proteção dos Direitos Humanos. In: PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 152.

¹²⁶ Ibidem.

¹²⁷ Idem, p. 131.

A discussão acerca dos conflitos entre tratados e leis domésticas, teve ainda mais polêmica quando o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou o Recurso Extraordinário (RE) nº 80.004-SE, *in verbis*¹²⁸:

CONVENÇÃO DE GENÉBRA, LEI UNIFORME SOBRE LETRAS DE CÂMBIO E NOTAS PROMISSÓRIAS - AVAL APOSTO A NOTA PROMISSÓRIA NÃO REGISTRADA NO PRAZO LEGAL - IMPOSSIBILIDADE DE SER O AVALISTA ACIONADO, MESMO PELAS VIAS ORDINÁRIAS. VALIDADE DO DECRETO-LEI Nº 427, DE 22.01.1969. EMBORA A CONVENÇÃO DE GENÉBRA QUE PREVIU UMA LEI UNIFORME SOBRE LETRAS DE CÂMBIO E NOTAS PROMISSÓRIAS TENHA APLICABILIDADE NO DIREITO INTERNO BRASILEIRO, NÃO SE SOBREPÕE ELA ÀS LEIS DO PAÍS, DISSO DECORRENDO A CONSTITUCIONALIDADE E CONSEQUENTE VALIDADE DO DEC-LEI Nº 427/69, QUE INSTITUI O REGISTRO OBRIGATÓRIO DA NOTA PROMISSÓRIA EM REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA, SOB PENA DE NULIDADE DO TÍTULO. SENDO O AVAL UM INSTITUTO DO DIREITO CAMBIÁRIO, INEXISTENTE SERÁ ELE SE RECONHECIDA A NULIDADE DO TÍTULO CAMBIAL A QUE FOI APOSTO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONHECIDO E PROVIDO. (STF, Relator: Min. XAVIER DE ALBUQUERQUE, Data de Julgamento: 01/06/1977, Tribunal Pleno)

No que diz respeito aos votos do referido recurso, o Ministro Relator Xavier de Albuquerque alegou que as leis internacionais são irrevogáveis pelas leis ordinárias brasileiras já que são de espécies diferentes, tendo como base acórdãos já relatados anteriormente por Ministros, como Orozimbo Nonato.

Já o Ministro Cunha Peixoto explanou que, à época, os tratados não estavam incluídos entre as leis positivas brasileiras. Afirmou, ainda, que mesmo com a promulgação e ratificação de tratados no ordenamento brasileiro, o tratado apenas obrigaria o país em relação aos demais contratantes, e não teria vigência na ordem interna, e que só poderia ter vigência na norma interna se uma lei nacional fosse aprovada. Além disso, sustentou que seria inconstitucional um tratado revogar lei interna.

Na sequência, o Ministro Cordeiro Guerra reconheceu a primazia do Direito Internacional sob o direito interno, e que por isso, um tratado poderia revogar uma norma interna, mas que uma norma interna não poderia revogar um tratado. Contudo, completou que lei ordinária não poderia revogar a aplicabilidade de

¹²⁸ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *STF – Recurso Extraordinário: RE 80004 SE*, 1977. Disponível em: <<http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14614120/recurso-extraordinario-re-80004-se/inteiro-teor-103042234>>. Acesso em: 12 maio 2015.

tratados vigentes que versassem sobre a mesma matéria de forma diversa, mas que o excepcionaria. Logo, existindo a anulação de uma lei que o excepciona, o tratado poderia produzir efeitos no âmbito interno. Já externamente, sendo independente, o tratado não deixaria de vigorar, sendo considerados os pressupostos de validade, distinção de fontes e destinatários de seus mandamentos, sendo levados a conhecer sua violação no âmbito internacional. Por isso, considerou a lei brasileira como válida¹²⁹.

O Ministro Leitão de Abreu alegou que não deve ter aplicação direta dos tratados no direito interno, e que não se pode falar em hierarquia ou revogação entre elas. Da mesma forma se posicionou o Ministro Rodrigues Alckmin, em que não pode ter hierarquia entre lei interna e tratado, já que a própria CF da época não falava nisso. Por fim, por maioria de votos, o recurso teve provimento, já que o único que se manifestou contra seu provimento foi o Ministro Relator, que foi vencido no mérito¹³⁰.

Com o julgamento do referido RE, ficou estabelecido que no Brasil, o tratado e a lei interna infraconstitucional estão no mesmo patamar, e por isso, se utiliza a regra em que a lei posterior derroga a anterior¹³¹.

Porém, tal decisão causou bastante descontentamento para algumas pessoas, pois seria uma afronta a um tratado de Direito Internacional que uma lei interna pudesse o derrogar. Nas palavras do jurista Francisco Rezek¹³²,

¹²⁹ VAL, Marcelo Ribeiro do. *Efeitos da revogação do Tratado Internacional por Ato Unilateral do Presidente da República*. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/271300194_EFEITOS_DA_REVOGAO_DO_TRATADO_INTERNACIONAL_POR_ATO_UNILATERAL_DO_PRESIDENTE_DA_REPUBLICA>. Acesso em: 23 ago 2015.

¹³⁰ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *STF – Recurso Extraordinário: RE 80004 SE*, 1977. Disponível em: <<http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14614120/recurso-extraordinario-re-80004-se/inteiro-teor-103042234>>. Acesso em: 12 maio 2015.

¹³¹ SOARES, Carina de Oliveira. Os Tratados Internacionais no ordenamento jurídico brasileiro: análise das relações entre o Direito Internacional Público e o Direito Interno Estatal. In: *AmbitoJuridico.com.br – O seu portal jurídico na internet*, 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9431>. Acesso em: 12 maio 2015.

¹³² MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Supremo Tribunal Federal e os conflitos entre tratados internacionais e leis internas. In: *Advogado*, s. d. Disponível em: <<http://www.advogado.adv.br/artigos/2004/valeriomazzuoli/stfconflitotratado.htm>>. Acesso em :12 maio 2015.

Prevalência à última palavra do Congresso Nacional, expressa no texto doméstico, não obstante isto importasse o reconhecimento da afronta, pela país, de um compromisso internacional. Tal seria um fato resultante da culpa dos poderes políticos, a que o Judiciário não teria como dar remédio.

Nos dias atuais, permanece a decisão do STF em que a regra é que a lei posterior derroga a anterior, mesmo se tratando de Direito Internacional. E, que, ainda, a lei específica derroga também a lei genérica¹³³.

¹³³ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Supremo Tribunal Federal e os conflitos entre tratados internacionais e leis internas. In: *Advogado*, s. d. Disponível em: <<http://www.advogado.adv.br/artigos/2004/valeriomazzuoli/stfconflitotratado.htm>>. Acesso em :12 maio 2015.

CAPÍTULO 3 – A PENA DE MORTE E OS DIREITOS HUMANOS

Nos dias atuais, é notável o uso de violência e repressão por parte do Estado, considerado, em sua forma, legal. Essa violência legítima do Estado, e sua consequente repressão, suprimem de forma extrema as garantias e direitos fundamentais do homem. Com isso, existe um fortalecimento do Estado e um enfraquecimento dos Direitos Humanos¹³⁴. Logo, com a crescente violência legítima dos Estados contra a sociedade, tem-se tido uma grande fragmentação nos Direitos Humanos.

3.1 O desenvolvimento dos Direitos Humanos e seu impacto na pena de morte

Para alguns autores, como Callegari e Giacomolli¹³⁵, quando se reflete a respeito da pena, no direito penal, é possível notar uma “relação de poder do Estado com um confronto dialético entre a soberania do Estado e os Direitos Humanos”. Porém, a pena, seja qual ela for, deve respeitar a essência do ser humano, como pessoa, cidadão e não como um ser irracional¹³⁶.

A pena de morte nos dias atuais, assim como qualquer tratamento degradante e desumano pode ser vista como um retrocesso para o país que as aplicam, já que houve grande avanço nos Direitos Humanos ao redor do mundo em relação a tratamentos cruéis e degradantes. Deveria ser dispensável, nos dias atuais, pregar que a tortura ou qualquer outro tratamento bárbaro ou humilhante, não deva ser incentivado. Ainda, ressalta-se que o ser humano não pode recuar, no que diz respeito ao princípio moral conquistado, assim como não pode recuar, de forma proposital, no grau de conhecimento alcançado¹³⁷. Por outro lado, se ainda é

¹³⁴ CALLEGARI, André Luís; DUTRA, Fernanda Arruda. Direito Penal do inimigo e Direitos Fundamentais. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 862, a. 96, p. 429-442, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn:urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:artigo.revista:2007;1000799579>>. Acesso em :12 maio 2015.

¹³⁵ Ibidem.

¹³⁶ PREUSSLER, Gustavo de Souza. Direito Penal do inimigo e Direitos Humanos. *Revista IOB de Direito Penal e Processual Penal*, São Paulo, v. 9, a. IX, n. 51, p. 37-41, ago/set 2008.

¹³⁷ BRITO, Alexis Couto de. Direitos Humanos, execução penal e a afirmação do Estado Democrático de Direito. In: BRANDÃO, Cláudio. *Direitos Humanos e Fundamentais em perspectiva*. São Paulo: Atlas, 2014. p. 424-450.

necessário que seja garantido, por meio de tratados, que nenhum tratamento desumano e degradante seja aceito nas prisões, subentende-se que ainda existe a distinção, e conseqüente preconceito, entre prisioneiro e homem livre. Nas palavras de Alexis Couto de Brito¹³⁸, é “a superação do *malum passionis propter malum actionis* de Boecio. O direito a que o código penal imponha sanção, mas não um castigo, um maltrato, uma tortura”.

Portanto, é possível considerar a pena capital uma pena cruel, e por isso, alencada diretamente ao pensamento do autor. E, ainda, no ordenamento Brasileiro, têm-se vários tratados que proíbem qualquer tipo de pena, de alguma forma, degradante e cruel. A exemplo, o art. 5º, § 2º, da Convenção Americana de Direitos Humanos explana que “toda pessoa privada da liberdade deve ser tratada com respeito devido à dignidade inerente ao ser humano”¹³⁹.

Nos países em que possuem o regime de governo sendo a democracia, existe uma necessidade dos direitos fundamentais ainda maior, pois a sociedade preza os direitos do povo como parte fundamental de um Estado Democrático de Direito. Porém, é visto ao redor do mundo, países que estão sob a forma democrática de direito, que não respeitam as garantias e direitos fundamentais, já que certos tratamentos dados aos delituosos são cruéis e degradantes¹⁴⁰. Ainda, tem-se que não há Constituição sem direitos fundamentais e nem democracia sem a Constituição, sendo, portanto, os direitos e garantias fundamentais do homem são a essência da democracia¹⁴¹.

Ainda, a partir da *Amnistia Internacional de Portugal*, a pena de morte é uma punição exagerada, degradante e desumana, pois viola o maior bem do ser humano, que é a vida. Alguns países insistem em aplicá-la, pois consideram que previne a criminalidade. Contudo, não existem dados comprobatórios de tal alegação¹⁴².

¹³⁸ BRITO, Alexis Couto de. Direitos Humanos, execução penal e a afirmação do Estado Democrático de Direito. In: BRANDÃO, Cláudio. *Direitos Humanos e Fundamentais em perspectiva*. São Paulo: Atlas, 2014. p. 424-450.

¹³⁹ Ibidem.

¹⁴⁰ NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de Processo e Execução Penal*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2014. p. 8.

¹⁴¹ Ibidem.

¹⁴² AMNISTIA INTERNACIONAL. *Sobre a pena de morte: a derradeira punição*. Disponível em: <<https://contrapenademorte.wordpress.com/sobre-a-pena-de-morte/>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

Além disso, a pena de morte, assim como todo o sistema penal, possui caráter discriminatório, já que em grande parte é utilizada de forma desproporcional contra as pessoas de classe desfavorecidas, que são minorias. Em alguns casos, ainda, é utilizada como forma “brutal de silenciar a oposição política”¹⁴³.

A pena capital é irrevogável, o que causa grande preocupação as Organizações Não Governamentais – ONGs de Direitos Humanos mundiais, pois o sistema judiciário é sujeito ao erro humano e ao preconceito, pois é feito por homens, os quais não são perfeitos. Logo, o erro de uma pena capital é irreversível, e a possibilidade de executar um inocente é bastante comum¹⁴⁴.

Nas palavras da *Amnistia Internacional de Portugal*, “acabar com a pena de morte é reconhecer que esta faz parte de uma política pública destrutiva que não é consistente com os valores universalmente aceitos”. Ou seja, abolir esse tipo de pena significa dizer que ela é ineficaz, que não diminui a criminalidade e acaba por trazer mais sofrimento. Existe uma resposta superficial a família da vítima, e esse sofrimento é estendida a família do criminoso¹⁴⁵.

Um dos fatores para que um país tenha progresso é o respeito aos direitos e garantias fundamentais do homem. A pena de morte e os tratamentos desumanos e degradantes são medidas que não mais surtem efeito, a não ser a propagação de mais sofrimento. Desde 1979, mais de 70 países aboliram a pena de morte, seja para crimes comuns, ou para todos os tipos de crime. É um grande avanço, pois essa penalidade afronta diretamente a dignidade humana e deveria ser abolida¹⁴⁶.

Em 2014, a *Amnistia Internacional de Portugal* afirmou que existem, pelo menos, 20 mil pessoas em corredor da morte no mundo inteiro. Alguns países recorrem a esse tipo de condenação, pois acreditam que sofrem algum tipo de ameaça a segurança do Estado e a segurança pública, mas muitas vezes, essas

¹⁴³ AMNISTIA INTERNACIONAL. *Sobre a pena de morte: a derradeira punição*. Disponível em: <<https://contrapenademorte.wordpress.com/sobre-a-pena-de-morte/>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

¹⁴⁴ Ibidem.

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ Idem.

ameaças não são reais, são apenas entendimentos das autoridades desses lugares¹⁴⁷.

Estima-se, ainda, que nos Estados Unidos da América – EUA, a pena de morte é 1,5 a três vezes mais cara que a pena perpétua. Logo não há porque continuar com essa penalidade, já que é cara e desumana. Ainda, segunda a *Aministia Internacional de Portugal*,

[...] acresce que a pena de morte desvia recursos e energias que podiam ser usadas em soluções bastante mais construtivas para o crime, como é o caso de melhorar as capacidades de investigação das polícias ou os cuidados e assistência prestada aos familiares das vítimas de crime¹⁴⁸.

Sem contar, ainda, que a pena capital não é justa, pois viola o direito a vida, que é um direito inerente a todo ser humano. Ainda, como já dito, a pena de morte é passível de erros, e em 2014, cento e doze pessoas foram exoneradas em nove países depois de ter a pena de morte decretada, ou seja, cento e doze pessoas inocentes que teriam sido executadas, sem possibilidade de reparação¹⁴⁹.

Nos dias atuais, pode-se dizer que houve um grande avanço em relação aos Direitos Humanos, já que muitos direitos foram adquiridos. Por outro lado, ainda há muito a se conquistar, como a abolição mundial da pena capital. Nas palavras de Antônio Augusto Cançado Trindade¹⁵⁰,

Um dos aspectos mais importantes dos avanços na realização do ideal de justiça internacional reside na afirmação e no reconhecimento da personalidade e capacidade jurídicas internacionais da pessoa humana, para vindicar os direitos que lhe são inerentes como ser humano, inclusive *vis-à-vis* seu próprio Estado, perante os tribunais internacionais de direitos humanos.

¹⁴⁷ AMNISTIA INTERNACIONAL. *Pena de Morte em 2014: a punição final e irreversível: um guia sobre a pena de morte*. 1º de abril de 2015. Disponível em: <http://www.amnistia-internacional.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=2058:2015-03-27-15-12-47&catid=19:noticias&Itemid=77>. Acesso em: 05 jun. 2015.

¹⁴⁸ Ibidem.

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A contribuição dos Tribunais Internacionais à evolução do direito internacional contemporâneo. In: TRINDADE, Antônio Augusto Cançado; PEREIRA, Antônio Celso Alves. *O Direito Internacional e o primado da Justiça*. Rio de Janeiro: Renovar, 2014. p. 3-89.

Ou seja, todo ser humano possui direitos que são inerentes a sua condição de ser humano e que devem ser respeitados. Ainda, os Tribunais Internacionais de Direitos Humanos têm como primazia o princípio da dignidade da pessoa humana¹⁵¹.

A ONG internacional *World Coalition – Against the Death Penalty* traz o número de execuções dos países que são retencionistas em relação à pena de morte no ano de 2014. Dentre os noventa Estados apresentados, o grande número de execuções na China – que são estimados em três mil execuções – choca. Em um ano, a China executou cerca de três mil pessoas, em que o número é aproximado, já que o país não divulga esses dados. Ainda, da mesma forma que a China, estima-se que o Irã tenha executado cerca de 721 pessoas. Os números geram grande preocupação entre as ONGs em prol dos Direitos Humanos, já que para muitos, a aplicação da pena capital pode gerar um retrocesso aos Direitos Humanos¹⁵².

É notável que alguns Estados prefiram a retribuição à reabilitação¹⁵³. Segundo Italo Mereceu¹⁵⁴,

A abolição da pena de morte não é apenas a satisfação de um desejo piedoso, não se inspira somente no interesse de salvar um réu do patíbulo: é um acontecimento muito mais importante por se inspirar em motivos e aspirações mais elevadas. Acreditamos que, quando todos os homens forem invadidos pelo horror causado pela dança horripilante entre estrangulador e estrangulado, quando deixarem de se estrangular uns aos outros por motivos banais, a humanidade terá dado um passo incomensurável em direção ao próprio progresso, e irá se abrir um futuro inesperado. Não basta diminuir as sanções e as execuções capitais; mesmo se se devesse justificar um só culpado na face da terra, ainda assim continuaria a ser uma grande derrota para a humanidade.

¹⁵¹ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A contribuição dos Tribunais Internacionais à evolução do direito internacional contemporâneo. In: TRINDADE, Antônio Augusto Cançado; PEREIRA, Antônio Celso Alves. *O Direito Internacional e o primado da Justiça*. Rio de Janeiro: Renovar, 2014. p. 3-89.

¹⁵² WORLD COALITION – Against the Death Penalty. *Worldwide Database*. S. d. Disponível em: <<http://www.worldcoalition.org/worldwide-database.html>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

¹⁵³ LAZZERON, Cleusa Schwarzer. Pena de morte como violação dos direitos humanos: a pena de morte trata-se de um conceito de justiça ocidental, a qual não pode ser aplicada no Brasil por ferir os princípios constitucionais. In: *WebArtigos*, 16 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/pena-de-morte-como-violacao-dos-direitos-humano/129692/>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

¹⁵⁴ Ibidem.

A pena de morte é a maneira utilizada pelo Estado de executar um delituoso em nome de justiça. Esse tipo de pena tem caráter perpétuo, já que não pode ser revertida depois de aplicada. Além disso, é uma resposta inapropriada a um crime, já que a pena de morte é um castigo cruel, degradante e desumano¹⁵⁵. Como bem diz Bobbio¹⁵⁶,

Existe um argumento mais forte contra a pena de morte e, principalmente, contra essa cadeira sem fim de violência, essa tentativa de justificar um erro com outro, talvez o único pelo qual valha a pena lutar, que é a salvação da humanidade. A abolição da pena de morte não é a solução para todos os problemas, não é o elixir da paz mundial, da solidariedade, mas é, indubitavelmente, o fim dessa cadeira, é um grande começo de humanização mundial, pois o assassinato legalizado é incomparavelmente mais brutal que o assassinato criminoso, é um retrocesso de toda evolução dos direitos humanos. O que se espera, por fim, é uma pena que preconiza a ressocialização do indivíduo, a sua humanização e o seu sentimento de como as coisas serão diferentes tornando-o honesto e atuante na sociedade.

Portanto, nota-se que a pena capital, quando aplicada, pode gerar mais violência na sociedade. Por isso, a previsão legal desse tipo de penalidade está em descompasso com os Direitos Humanos.

A Constituição Federal – CF de 1988 possui em seu art. 5º, os direitos e garantias fundamentais expressos em tratados sobre a proteção internacional de Direitos Humanos em que o país é parte¹⁵⁷. Logo, as inovações propostas pela Carta Magna de 1988, em principal em relação aos Direitos Humanos, foram fundamentais para serem ratificados no país instrumentos internacionais de proteção da pessoa humana¹⁵⁸.

¹⁵⁵ LAZZERON, Cleusa Schwarzer. Pena de morte como violação dos direitos humanos: a pena de morte trata-se de um conceito de justiça ocidental, a qual não pode ser aplicada no Brasil por ferir os princípios constitucionais. In: *WebArtigos*, 16 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/pena-de-morte-como-violacao-dos-direitos-humano/129692/>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

¹⁵⁶ Ibidem.

¹⁵⁷ PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 114.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 376.

3.2 A humanização na aplicação da pena capital

A pena de morte, historicamente, sempre foi aplicada de forma desumana e cruel, e alguns desses métodos ainda persistem nos dias de hoje. A utilização do fuzilamento, enforcamento e decapitação são algumas das formas de executar um prisioneiro utilizado em vários países do globo. No entanto, muitas vezes esses métodos têm falhado, e é necessária uma violência adicional para obter o êxito na execução¹⁵⁹.

Nos dias atuais, em principal nos EUA, a maneira mais utilizada é a injeção letal. A autoridade norte-americana considera que a injeção letal seja uma forma menos cruel, e até mesmo humana de se executar alguém. No entanto, em 1998, na Guatemala, um prisioneiro agonizou por 18 minutos antes de morrer, e sua agonia foi transmitida ao vivo na televisão pública do país. Foi a primeira vez que a injeção letal foi utilizada na Guatemala¹⁶⁰.

Nos EUA, muitas injeções letais têm sido aplicadas erroneamente, levando os condenados a sofrer durante minutos. A injeção letal é composta por doses letais de três ingredientes químicos: pentotal de sódio, brometo de pancurônio e cloreto de potássio. Cada um dos ingredientes possuem uma finalidade, quais sejam, respectivamente, anestesia geral, provocar paralisia muscular e por fim parar o coração¹⁶¹.

No Texas, é proibida a utilização de brometo de pancurônio na eutanásia de animais, por ser considerada um método doloroso para o animal. Porém, nesse mesmo Estado americano, esse composto químico é utilizado no coquetel, como meio de executar as pessoas. Esse componente químico não é considerado uma forma humana de abater um animal, porém é aceito para execução de seres humanos. Ainda, caso o coquetel seja aplicado de maneira errada, o prisioneiro irá sentir dores imensas quando sofrer a parada cardíaca. É claro que a injeção letal evita alguns efeitos, como a mutilação corporal ou sangramento devido a decapitações, porém, tal método exige cada vez mais o envolvimento de médicos na

¹⁵⁹ AMNISTIA INTERNACIONAL *Existirá uma forma humana de executar alguém*. S. d. Disponível em: <<https://contrapenademorte.wordpress.com/sobre-a-pena-de-morte/existira-uma-forma-humana-de-executar-alguem/>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

¹⁶⁰ Ibidem.

¹⁶¹ Idem.

sua aplicação, fazendo com que os princípios clássicos da ética médica sejam quebrados¹⁶².

Existe uma tentativa de executar uma pessoa de forma humana, para que o governo pareça humano e a sociedade aceite de forma tácita. Porém, é tido que não existe forma humana para executar uma pessoa, tendo em vista que é um assassinato premeditado por parte do Estado. Ainda, é tido que muitos países, ainda nos dias atuais, utilizam pelotão de fuzilamento, enforcamento e decapitação¹⁶³.

Em 2014, nos EUA, em Oklahoma, Clayton Lockett, um condenado a pena de morte, foi executado. Depois de vinte minutos de iniciado o procedimento da aplicação da injeção letal, uma veia do condenado explodiu e o diretor da prisão ordenou que a execução fosse suspensa. Porém, mesmo com a suspensão, Lockett morreu devido a um ataque cardíaco. Testemunhas afirmam que a cortina foi fechada, para que as mesmas fossem impedidas de ver o que estava acontecendo. Contudo, antes disso ocorrer, foi possível notar que Clayton estava consciente, piscando e passando a língua entre os lábios, mesmo depois de iniciado o procedimento¹⁶⁴.

Além disso, segundo dados da *Amnistia Internacional de Portugal*, existe uma quantidade considerável de erros em execução, e ainda, muitos países como a China, por exemplo, tem suas sentenças de pena capital resultantes de confissões extraídas sob tortura ou outros tipos de maus tratos¹⁶⁵. No que tange a execução de pena capital, é notável o desrespeito aos direitos fundamentais humanitários. Para Guilherme de Souza Nucci¹⁶⁶,

¹⁶² AMNISTIA INTERNACIONAL *Existirá uma forma humana de executar alguém*. S. d. Disponível em: <<https://contrapenademorte.wordpress.com/sobre-a-pena-de-morte/existira-uma-forma-humana-de-executar-alguem/>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

¹⁶³ AMNISTIA INTERNACIONAL. *Pena de Morte em 2014: a punição final e irreversível: um guia sobre a pena de morte*. 1º de abril de 2015. Disponível em: <http://www.amnistia-internacional.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=2058:2015-03-27-15-12-47&catid=19:noticias&Itemid=77>. Acesso em: 07 jun. 2015.

¹⁶⁴ BBC Brasil. Execução é interrompida nos EUA após veia 'explodir', mas ele morre de infarto. 30 de abril de 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140430_execucao_falha_eua_fn>. Acesso em: 15 ago. 2015.

¹⁶⁵ AMNISTIA INTERNACIONAL. *Pena de Morte em 2014*: op. cit.

¹⁶⁶ NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de Processo Penal e Execução Penal*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. p. 16.

Fundamental é o básico, necessário, essencial. E por tal razão são fundamentais os direitos e garantias individuais. A sua origem foi justamente para combater os abusos do Estado, reconhecendo-se que o homem possui valores que estão acima e fora do alcance estatal. Os mandamentos cristãos em muito auxiliaram o cultivo cada vez maior desses direitos, mas nem por isso a Igreja, quando se tornou totalitária na Idade Média, deixou de sofrer o refluxo causado pelos protestantes que, em última análise, clamavam por direitos e valores que vinham sendo deixados de lado pela Inquisição. Desde então, evoluíram o constitucionalismo e as liberdades individuais lado a lado, formando as bases do Estado democrático de Direito.

Além disso, tem-se que o Estado, no geral, não dá atenção ao sistema carcerário, sendo assim, passíveis de erros e sendo deixado de lado a humanização do cumprimento de pena. Nos dias de hoje, as prisões são ambientes tão degradantes quanto podem ser, sem respeito algum a integridade física e moral dos presidiários¹⁶⁷.

Na Indonésia, caso recente em que se houve a execução de diversas pessoas de nacionalidades diferentes pelo crime de tráfico de drogas, a pena é executada através de um pelotão de fuzilamento. O condenado é levado ao local da execução, acompanhado de seu advogado e um líder espiritual, colocado em frente ao pelotão, com os pés e mãos amarrados em um tronco, sentado, de joelho ou em pé, vedado, e o pelotão de fuzilamento se posiciona a uma distância de cinco a dez metros do detento, e com uma espada, o líder do pelotão dá a ordem e doze armas são disparadas, no entanto apenas três estão realmente carregadas. Isso evita que os atiradores saibam quem deu o tiro fatal. Em seguida, um médico atesta se o condenado morreu e, se ainda estiver vivo, leva um tiro na cabeça, pouco abaixo da orelha¹⁶⁸.

É tido que os Estados alegam que têm tentado executar os condenados da forma mais humana possível, porém não existe humanidade em execução de pena capital. No passado, antes de Cristo, quando eram comuns as crucificações, até os dias de hoje, em que se utiliza a injeção letal¹⁶⁹ entre outros meios de

¹⁶⁷ NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de Processo Penal e Execução Penal*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. p. 942.

¹⁶⁸ VERONEZ, Luciano. Entenda como funciona a execução por fuzilamento na Indonésia. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/01/1576723-entenda-como-funciona-a-execucao-por-fuzilamento-na-indonesia.shtml>>. Acesso em: 10 maio 2015.

¹⁶⁹ OLIVIERI, Antônio Carlos. Enforcamento: Justiça tentou humanizar pena de morte ao longo do tempo. In: UOL, 08 de novembro de 2006. Disponível em: <<http://vestibular.uol.com.br/resumo-das->

execução, tem-se que todos causam sofrimento ao presidiário e a sua família, tanto física como emocional.

As penas, ao serem aplicadas, devem obedecer ao princípio da humanização da pena, em que consiste ao respeito à dignidade da pessoa humana, independente da pessoa estar presa ou não. Contudo, quando uma pessoa é condenada a morte e sofre anos em um corredor da morte, aguardando e remoendo a sua execução, acaba por sofrer danos psíquicos irreparáveis, assim como sua família, e isso confronta o preceito internacional de Direitos Humanos, em que ninguém será submetido a tratamentos cruéis, degradantes ou desumanos¹⁷⁰.

A decapitação, uma forma ainda praticada nos dias atuais, consiste em um corte da cabeça do indivíduo condenado, tendo como simbolismo o corte da capacidade de agir da pessoa. Assim como este, o enforcamento ainda é utilizado e consiste em um indivíduo posicionado sobre um piso falso, com uma corda amarrada no pescoço e com suas mãos também amarradas para evitar que ele resista. Logo, por meio da agonia dos executados, tem-se a falta de humanização na aplicação¹⁷¹. Ainda, é comum nos dias atuais em países como Irã, o apedrejamento, forma de execução em que o condenado é amarrado enrolado em um pano e enterrado em um buraco no chão e, uma vez imobilizado, é alvo de pedras de tamanho médio que provocam traumatismos consecutivos que o levam a morte. Com isso, é tido que a pena capital causa sofrimento e dor aos condenados, sendo inexistente o caráter humanitário de tal execução¹⁷².

A humanização da pena capital é uma teoria ilusória criada pelo Estado para que a população o apoie em suas condenações, mas que na realidade não existem. As execuções são feitas a sangue frio, de forma premeditada, mas consideradas legítimas pelo Estado. Os Direitos Humanos são ignorados, e o direito à vida é retirado, de forma brutal, pelo próprio Estado.

disciplinas/atualidades/enforcamento-justica-tentou-humanizar-pena-de-morte-ao-longo-do-tempo.htm>. Acesso em: 07 jun. 2015.

¹⁷⁰ NOGUEIRA, Danielle Christine Barros. O princípio da humanidade da pena. In: Portal LFG, 17 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://ww3.lfg.com.br/public_html/article.php?story=20081210115011218>. Acesso em: 07 jun. 2015.

¹⁷¹ TERRA. *Você sabia? 10 tipos de pena de morte*. S. d. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/educacao/voce-sabia/10-tipos-penas-de-morte/>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

¹⁷² Ibidem.

Segundo Flávia Piovesan¹⁷³, os Direitos Humanos foram consolidados no âmbito internacional em meados do século XX, em decorrência da segunda grande guerra. As terríveis violações aos Direitos Humanos praticadas por Hitler e seus súditos levaram aos órgãos internacionais a acreditar que tais violações poderiam ser prevenidas se houvesse um sistema efetivo de proteção internacional de Direitos Humanos.

As garantias fundamentais, como a vida, são invioláveis, tanto por parte da sociedade quanto do Estado. Nada justifica a violação desses direitos, nem mesmo a pena de morte para crimes hediondos. Quando se executa uma pessoa, o Estado também está cometendo um crime hediondo, e com essa violência, acaba por gerar mais e mais violência.

A agonia de saber que, a qualquer momento, sua vida será retirada pelo Estado, por meio de uma execução, já é agonizante o suficiente para afastar qualquer tipo de humanização na pena. A dor se alastra, pois além da família da vítima sofrer ao reviver sua perda, a família do executado também irá. Para Flávia Piovesan¹⁷⁴,

No momento em que os seres humanos se tornam supérfluos e descartáveis, no momento em que vigora a lógica da destruição, em que cruelmente se abole o valor da pessoa humana, torna-se necessária a reconstrução dos direitos humanos, como paradigma ético capaz de restaurar a lógica do razoável. A barbárie do totalitarismo significou a ruptura do paradigma dos direitos humanos, por meio da negação do valor da pessoa humana como valor fonte do direito. Diante dessa ruptura, emerge a necessidade de reconstruir os direitos humanos, como referencial e paradigma ético que aproxime o direito da moral. Nesse cenário, o maior direito passa a ser, adotando a terminologia de Hannah Arendt, o direito a ter direitos, ou seja, o direito a ser sujeito de direitos.

Logo, tem-se que a vida humana passou a ser descartável pelo Estado e por isso, os Direitos Humanos precisam ser restaurados, a fim de deter as barbáries cometidas de forma legítima pelo Estado. Não existe forma humana de se executar alguém, pois qualquer violação a vida é uma afronta aos direitos fundamentais da

¹⁷³ PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 189.

¹⁷⁴ *Ibidem*, p. 190.

pessoa humana. A vida é o bem supremo dos seres humanos, e por isso, deve ser respeitada a todo e qualquer tempo¹⁷⁵.

A penal capital é uma violação gravíssima aos Direitos Humanos. O Brasil e os demais Estados ao redor do mundo devem fortalecer campanhas que lutam pela abolição desse tipo de pena. Além disso, não deve ser aceitável, que em pleno século XXI, o número de execuções por parte do Estado contra indivíduos que cometeram algum tipo de delito seja tão frequente. Humanização na pena de morte e pena capital são antagônicas, e não consegue coexistir no mesmo contexto. Ou existe a pena de morte, ou existe uma forma humana de condenar alguém, para que no futuro ela possa ressocializar-se na sociedade.

¹⁷⁵ PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 190.

CONCLUSÃO

Mediante o exposto no trabalho, é possível notar que a pena de morte é uma afronta aos Direitos Humanos e a dignidade da pessoa humana. Em pleno século XXI é um retrocesso aos Direitos Humanos o grande número de pessoas executas ao redor do mundo.

A pena de morte, ainda nos dias atuais, continua a ser aplicada em alguns Estados, e muitas vezes com grande frequência. Os crimes que levam a condenação à pena capital variam de país para país, mas existem casos em que os indivíduos são condenados a esta pelo simples fato de estarem munidos de um Livro Sagrado. Já em outros governos, a pena capital é aplicada apenas em casos excepcionais. E, também, existem países que não mais as aplicam.

Em Estados que são abolicionistas em seu próprio ordenamento, muitas vezes o governo aderiu à luta aos Direitos Humanos e abomina qualquer violação contra os direitos e garantias fundamentais relacionadas à pessoa humana. Enquanto isso, em países que são retencionistas, ou seja, que optaram por manter a pena de morte em seu ordenamento jurídico, acreditam que a pena capital previne que os crimes sejam cometidos, já que o indivíduo que é executado serve de lição para que os demais não optem por cometer o mesmo delito.

Além disso, existem governos que existe a previsão da pena capital para determinados crimes, mas que na prática essa condenação não mais existe. E também, Estados, como o Brasil, que possuem a pena de morte no ordenamento jurídico para casos excepcionais, muitas vezes relacionados à traição em casos de guerra.

Cada país escolhe a maneira de como a pena capital será aplicada. É notável, ainda, em Estados, em pleno século XXI, que executam os condenados a morte de maneira cruel, como o enforcamento, fuzilamento, apedrejamento, injeção letal entre outros.

Ainda, não é possível afirmar que essa modalidade de pena é realmente efetiva. No caso da Indonésia, por exemplo, mesmo tendo um regime rígido em relação ao tráfico de drogas, pesquisas indicam que esse crime vai aumentar ao longo dos anos, independente de ter como punição a pena de morte.

No que tange a humanização da pena, os Estados Unidos da América – EUA adotam a aplicação da injeção letal, por considerarem uma forma humana de se executar alguém. Além do exposto acima, existem relatos de que a injeção letal falhou e os condenados sofreram durante minutos antes de chegarem a óbito. É uma espécie de tortura que o Estado utiliza em prol de justiça. Ainda nos EUA, os elementos químicos que compõem o coquetel da injeção letal são proibidos na eutanásia de animais, por conduzirem a uma agonia. Ou seja, em alguns lugares, é nítido que a vida de animais vale mais que a vida do próprio ser humano.

Os Direitos Humanos são matérias de tratados e protocolos internacionais, porém, em certas ocasiões, um Estado que ratifica um tratado em seu país acaba por não o fazer na íntegra. Alguns governos sancionam um tratado em prol dos Direitos Humanos, mas na própria lei interna vigente admitem penas e tratamentos desumanos. Por isso, tem-se a discussão de qual norma valeria em casos de divergência – lei doméstica ou tratado.

Ainda, existem casos em que um Estado, ao exercer sua soberania, acaba por construir uma crise diplomática. Isso, pois ao se executar estrangeiros que por ventura são nacionais de países abolicionistas, acaba por causar um desconforto entre governos. E, cada país deve ser responsabilizado pelas suas próprias ações.

Em séculos passados, quando ainda se tinha a Lei das Doze Tábuas e que o ser humano ainda era ‘coisificado’, em que a sociedade era bruta, ainda era possível achar algum tipo de justificativa para os atos das pessoas. Porém, nos dias atuais, com o avanço intelectual das pessoas, em que houve uma evolução em relação às pessoas, é retrocesso a aplicação de pena de morte.

Ao se aceitar em uma sociedade a aplicação de penas cruéis e degradantes, tem-se que a sociedade não evoluiu, mas se estagnou no tempo. Os Direitos Humanos são necessários para que a evolução aconteça, e a vida é o maior bem de uma pessoa.

Em sumo, a pena de morte só é capaz de gerar mais violência, e não existe nenhum dado comprobatório que a aplicação daquela gere melhorias no índice criminal de um determinado Estado. Além disso, ainda existe um número considerável em erros nas execuções e até nas condenações. Muitos inocentes são

executados, e a verdade é descoberta anos depois ou então nunca. E o sistema prisional é seletivo, no que tange que muitas pessoas que são condenadas são as minorias, ou seja, de baixa classe social.

A pena de morte é um descaso da sociedade e do governo, que tira a possibilidade de uma pessoa se reabilitar e poder viver novamente em uma sociedade. Uma punição que é baseada em violência não tem como ser efetiva.

As pessoas devem se conscientizar da gravidade da aplicação da pena de morte, e levarem em consideração os Direitos Humanos adquiridos até então, e se unirem para que seus Estados possam abolir tal penalidade de seu ordenamento interno. O progresso depende dessa conscientização, ao contrário estaremos retrocedendo a uma sociedade arcaica e bruta.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Hildebrando. NASCIMENTO E SILVA, G. E. do.; CASELLA, Paulo Borba. *Manual de Direito Internacional público*. São Paulo: Saraiva, 2014.

AGÊNCIA AFP. Oklahoma vota por inalação de nitrogênio em pena de morte: agonias após injeção letal provocam debate no país nos EUA. Legisladores esperam que governador promulgue lei. In: *G1*, 10 de abril de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/04/oklahoma-vota-por-inalacao-de-nitrogenio-em-pena-de-morte.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. Pesquisa mostra queda do apoio à pena de morte nos Estados Unidos. In: *Yahoo! Notícias*, 16 de abril de 2015. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/pesquisa-mostra-queda-apoio-%C3%A0-pena-morte-nos-202805156.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

AGÊNCIA ANSA. Pinochet, uma marca sangrenta na história do Chile. In: *Carta Maior*, 10 de dezembro de 2006. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Pinochet-uma-marca-sangrenta-na-historia-do-Chile/6/12314>>. Acesso em: 10 maio 2015.

AGÊNCIA EFE. Suspeito de homicídio e estupro é enterrado vivo na Bolívia. In: *R7 Notícias*, 03 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/internacional/suspeito-de-homicidio-e-estupro-e-enterrado-vivo-na-bolivia-04122014>>. Acesso em: 10 maio 2015.

ALVAREZ, Rodrigo. Indonésia ignora apelos e executa oito traficantes de drogas: condenados eram do Brasil, da Austrália, da Nigéria e da Indonésia. Antes de morrer, brasileiro recebeu um padre, um diplomata e uma prima. In: *G1*, 29 de abril de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/hora1/noticia/2015/04/indonesia-ignora-apelos-e-executa-oito-trafficantes-de-drogas.html>>. Acesso em: 12 maio 2015.

AMNISTIA INTERNACIONAL *Existirá uma forma humana de executar alguém*. S. d. Disponível em: <<https://contrapenademorte.wordpress.com/sobre-a-pena-de-morte/existira-uma-forma-humana-de-executar-alguem/>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

_____. *Lista dos países abolicionistas e retencionistas (31 de Dezembro de 2009)*. 2010. Disponível em: <<http://www.amnistia-internacional.pt/dmdocuments/ListaAbolicionistasRetencionistas.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. *Países abolicionistas na prática*. Disponível em: <<https://contrapenademorte.wordpress.com/a-pena-de-morte-no-mundo/paises-abolicionistas-na-pratica/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. *Países abolicionistas para crimes comuns*. S. d. Disponível em: <<https://contrapenademorte.wordpress.com/a-pena-de-morte-no-mundo/paises-abolicionistas-para-crimes-comuns/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. *Pena de Morte em 2014: a punição final e irreversível: um guia sobre a pena de morte*. 1º de abril de 2015. Disponível em: <http://www.amnistia-internacional.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=2058:2015-03-27-15-12-47&catid=19:noticias&Itemid=77>. Acesso em: 05 jun. 2015.

_____. *Sobre a pena de morte: a derradeira punição*. Disponível em: <<https://contrapenademorte.wordpress.com/sobre-a-pena-de-morte/>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

AMNESTY INTERNATIONAL. *Death Penalty and Mental Illness*. 06 de dezembro de 2003. Disponível em: <<http://www.amnestyusa.org/our-work/issues/death-penalty/us-death-penalty-facts/death-penalty-and-mental-illness>>. Acesso em: 22 ago 2015.

ANISTIA INTERNACIONAL. *A pena de morte em 2014: fatos e número*. 1º de abril de 2015. Disponível em: <<https://anistia.org.br/noticias/pena-de-morte-em-2014-fatos-e-numeros/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. *Ação urgente: seis pessoas condenadas à morte por delitos com drogas*. S. d. Disponível em: <<https://anistia.org.br/entre-em-acao/carta/acao-urgente-seis-pessoas-condenadas-morte-por-delitos-com-drogas/>>. Acesso em: 12 maio 2015.

_____. *Pena de morte: países continuar a executar pessoas com deficiências mentais e intelectuais*. 10 de outubro de 2014. Disponível em: <<https://anistia.org.br/noticias/pena-de-morte-paises-continuam-executar-pessoas-com-deficiencias-mentais-e-intelectuais/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

ASIIMWE, Arthur. Ruanda elimina pena de morte para assegurar extradições. In: *Globo.com*, 09 de junho de 2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1560014-5602,00-RUANDA+ELIMINA+PENA+DE+MORTE+PARA+ASSEGURAR+EXTRADICOES.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

AZHAR, Haris. A luta pelos direitos humanos na Indonésia: avanços internacionais, entraves domésticos. *Conectas – Direitos Humanos*, v. 11, n. 20, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/sur/edicao/20/1007304-a-luta-pelos-direitos-humanos-na-indonesia-avancos-internacionais-entraves-domesticos>>. Acesso em: 12 maio 2015.

BACHEGA, Hugo. Drogas e bipolaridade marcaram adolescência de brasileiro executado na Indonésia. In: *BBC Brasil*, Londres, 28 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150428_indonesia_brasileiro_perfil_hb>. Acesso em: 22 ago 2015.

BAZZO, Gabriela. Indonésia executa brasileiro Rodrigo Gularte e mais sete condenados à pena de morte. In: *Brasil Post*, 28 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/2015/04/28/rodrigo-gularte-executado_n_7163556.html>. Acesso em: 10 maio 2015.

BBC Brasil. Execução é interrompida nos EUA após veia ‘explodir’, mas ele morre de infarto. 30 de abril de 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140430_execucao_falha_eua_fn>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. *Soberania e lei têm de ser respeitadas, diz presidente indonésio sobre execução de brasileiro*. 19 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150119_indonesia_presidente_bg>. Acesso em: 12 maio 2015.

BRANDÃO, Cláudio. *Direitos Humanos e Fundamentais em perspectiva*. São Paulo: Atlas, 2014.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. *Decreto n. 592, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos. Promulgação*. Brasília, 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. *Decreto-Lei n. 1.001, de 21 de outubro de 1969. Código Penal Militar*. Brasília, 1969. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm>. Acesso em: 10 maio 2015.

CALLEGARI, André Luís; DUTRA, Fernanda Arruda. Direito Penal do inimigo e Direitos Fundamentais. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 862, a. 96, p. 429-442, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redes.virtual.bibliotecas:artigo.revista:2007;1000799579>>. Acesso em :12 maio 2015.

CAMPOS, Amanda. Mesmo com pena de morte, uso de drogas na Indonésia deve crescer 45% em 2015: projeção da agência nacional diz que deve haver 5,8 milhões de usuários no país até o fim do ano; atualmente há 4 milhões. In: *IG*, 21 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2015-01-21/mesmo-com-pena-de-morte-uso-de-drogas-na-indonesia-deve-crescer-45-em-2015.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

CHARBONNEAU, Louis. Ásia: secretário geral da ONU expressa profundo lamento por execuções na Indonésia. In: *Terra*, 29 de abril de 2015. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/asia/secretario-geral-da-onu-expressa-profundo-lamento-por-execucoes-na-indonesia,f547d7be450d410VgnCLD200000b1bf46d0RCRD.html>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

COIMBRA NEVES, Cícero Robson; STREIFINGER, Marcello. *Manual de Direito Penal Militar*. São Paulo: Saraiva, 2014.

CORRÊA, Alessandra. EUA: busca de alternativas à injeção letal inflama debate sobre pena de morte. In: *BBC Brasil*, Winstom-Salem, 29 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150427_injecao_letal_eua_pai_ac>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. Mais de 4% dos condenados à morte nos EUA são inocentes, indica estudo, In: *BBC Brasil*, Nova York, 28 de abril de 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140428_estudo_condenados_morte_pai_ac>. Acesso em: 10 maio 2015.

CORREIA, Ludmila Cerqueira. *Responsabilidade internacional por violação de direitos humanos: o Brasil e o caso Damião Ximenes*. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/22295-22296-1-PB.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2015.

DILMA pede clemência para os traficantes brasileiros presos e condenados à morte na Indonésia. Não é atendida. In: *Blog do Coronel*, 16 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://coturnonoturno.blogspot.com.br/2015/01/dilma-pede-clemencia-para-os.html>>. Acesso em: 12 maio 2015.

DIREITO INTERNACIONAL. Corte internacional discute soberania dos países. In: *Lira & Associados Advocacia*, 08 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.liraa.com.br/conteudo/735/corte-internacional-discute-soberania-dos-paises>>. Acesso em: 12 maio 2015.

DW. *Austrália condena pena de morte e ameaça com retirada de embaixador*: Ministério do Exterior Australiano chama sentença de ‘aberrante’ e não descarta retirar seu representante da Indonésia, como fizeram Brasil e Holanda. Procurador indonésio aposta em ‘efeito intimidatório’ das execuções. 19 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/austr%C3%A1lia-condena-pena-de-morte-e-amea%C3%A7a-com-retirada-de-embaixador/a-18199347>>. Acesso em: 10 maio 2015.

EMOL – Naciona. *Chile abolió pena de muerte y dos condenados se libraron del fusilamiento*: el colombiano Hugo Gómez Padua es uno de los dos condenados que se salvo del pelotón de fusileros, después de violar y asesinar a la niña Camila López, de 10 años, em enero de 1999. 29 de maio de 2001. Disponível em: <<http://www.emol.com/noticias/nacional/2001/05/29/56155/chile-abolio-pena-de-muerte-y-dos-condenados-se-libraron-del-fusilamiento.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. *Cámara aprobó ley que elimina la pena de muerte*: la iniciativa establece la privación de liberta defectiva por um período de 40 años y suprime la condena amuerte como máximo castigo del proceso penal em el país. Valparaíso, 03 de abril de 2001. Disponível em: <<http://www.emol.com/noticias/nacional/2001/04/03/51069/camara-aprobo-ley-que-elimina-la-pena-de-muerte.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

EXPRESSO. Rússia: pena de morte tem que ser mantida devido ao terrorismo: a ameaça terrorista é a explicação dada pela Rússia para não ratificar o protocolo relativo à abolição da pena de morte da Convenção Europeia dos Direitos Humanos. In: *Expresso*, 23 de março de 2010. Disponível em: <<http://expresso.sapo.pt/actualidade/russia-pena-de-morte-tem-que-ser-mantida-devido-ao-terrorismo=f572496>>. Acesso em: 10 maio 2015.

FANTÁSTICO. Brasileiro se arrepende de ter revertido pena de morte para prisão perpétua: escapar da execução é o sonho de 3 mil detentos que esperam no corredor da morte nos EUA. Mas 15 anos após sair da lista, Osvaldo se arrependeu. In: *G1*, 03 de maio de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/05/brasileiro-se-arrepende-de-ter-revertido-pena-de-morte-para-prisao-perpetua.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

FERRAZ, Sérgio Valladão. *Curso de Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Filipina é poupada de execução na Indonésia; oito foram fuzilados*. 28 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/04/1622172-filipina-e-poupada-de-execucao-na-indonesia-outros-oito-foram-fuzilados.shtml>>. Acesso em: 10 maio 2015.

FRANÇA. *Lei de 9 de outubro de 1981: abolição da pena de morte na França*. S. d. Disponível em: <<http://www.france.fr/pt/instituicoes-e-valores/lei-de-9-de-outubro-de-1981-abolicao-da-pena-de-morte-na-franca.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

G1. *Veja quem são os oito executados por tráfico de drogas na Indonésia*. São Paulo, 28 de abril de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/04/veja-quem-sao-os-oito-executados-por-trafico-de-drogas-na-indonesia.html>>. Acesso em: 12 maio 2015.

GAZETA ONLINE. *Veja os países que adotam a pena de morte por tráfico de drogas*: além de Marco Archer, outro brasileiro aguarda no corredor da morte da Indonésia, o paranaense Rodrigo Muxfeldt Gularte, também por tráfico. 16 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2015/01/noticias/mundo/3886681-veja-os-paises-que-adotam-a-pena-de-morte-por-trafico-de-drogas.html>. Acesso em: 10 maio 2015.

HAUBERT, Mariana. Com atrito diplomático, Dilma nega credenciais a embaixador da Indonésia. In: *Folha de São Paulo*, 20 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/02/1592313-com-atrito-diplomatico-dilma-recusa-credencial-de-embaixador-da-indonesia.shtml>>. Acesso em: 12 maio 2015.

HISTORY. *Abolida a pena de morte na Bolívia*. 27 de janeiro de 1997. Disponível em: <www.seuhistory.com/hoje-na-historia/abolida-pena-de-morte-na-bolivia>. Acesso em: 10 maio 2015.

JORNAL DE NOTÍCIAS. *Marrocos: país quer abolir a pena de morte*. Rabat, 25 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1888272#AreaComentarios>. Acesso em: 10 maio 2015.

JORNALISTA EXTERNO. Governo britânico extingue totalmente a pena de morte. In: *Paraná Online*, 31 de outubro de 2002. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/mundo/news/29789/?noticia=GOVERNO+BRITANICO+EXTINGUE+TOTALMENTE+A+PENA+DE+MORTE>>. Acesso em: 10 maio 2015.

LAZZERON, Cleusa Schwarzer. Pena de morte como violação dos direitos humanos: a pena de morte trata-se de um conceito de justiça ocidental, a qual não pode ser aplicada no Brasil por ferir os princípios constitucionais. In: *WebArtigos*, 16 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/pena-de-morte-como-violacao-dos-direitos-humano/129692/>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

LEARY, Virginia. *Internacional Labour Conventions and National Law: the effectiveness of the automatic incorporation of treaties in national legal systems*. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 1982.

MACEDO, Danilo. ONU pede à Indonésia para que suspenda execução de condenados à morte, In: *EBC – Agência Brasil*, 20 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-01/onu-pede-indonesia-para-que-suspenda-execucoes-de-condenados-pena-de>>. Acesso em: 10 maio 2015.

MACIEL FILHO, Euro Bento. Pena de morte e soberania da Indonésia. In: *Correio Braziliense*, Direito & Justiça, Brasília, p. 1, maio, 2015.

MARINOTO, Ronny. Ruanda: abolida pena de morte no país. In: *Além-mar – Visão missionária*, 12 de junho de 2007. Disponível em: <<http://www.alem-mar.org/noticias/EEIEyuAVppGOqrzLYA.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Supremo Tribunal Federal e os conflitos entre tratados internacionais e leis internas. In: *Advogado*, s. d. Disponível em: <<http://www.advogado.adv.br/artigos/2004/valeriomazzuoli/stfconflitotratado.htm>>. Acesso em :12 maio 2015.

NOGUEIRA, Danielle Christine Barros. O princípio da humanidade da pena. In: Portal LFG, 17 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://ww3.lfg.com.br/public_html/article.php?story=20081210115011218>. Acesso em: 07 jun. 2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de Processo e Execução Penal*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2014.

OLIVIERI, Antônio Carlos. Enforcamento: Justiça tentou humanizar pena de morte ao longo do tempo. In: UOL, 08 de novembro de 2006. Disponível em: <<http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/enforcamento-justica-tentou-humanizar-pena-de-morte-ao-longo-do-tempo.htm>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

ONU Brasil. “Não há nenhuma evidência de que a pena de morte desencoraje qualquer crime”, diz representante da ONU: apesar do progresso nos últimos anos para que a pena de morte seja abolida universalmente, vários países continuam a aplicá-la para crimes relacionados com as drogas. In: Cidade Nova – Fraternidade em Rede, 06 de março de 2015. Disponível em: <http://www.cidadenova.org.br/editorial/informa/1345-nao_ha_nenhuma_evidencia_de_que_a_pena_d>. Acesso em: 10 maio 2015.

ORDEM DOS ADVOGADOS. *Dia mundial da abolição da pena de morte*. S. d. Disponível em: <http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=117&idsc=9562&ida=30054>. Acesso em: 10 maio 2015.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Max Limonad, 2002.

_____. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PLANTÃO BRASIL. *Itamaraty: execução de brasileiro é ‘inaceitável’*. 27 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.plantaobrasil.com.br/news.asp?nID=89769>>. Acesso em: 12 maio 2015.

PREUSSLER, Gustavo de Souza. Direito Penal do inimigo e Direitos Humanos. *Revista IOB de Direito Penal e Processual Penal*, São Paulo, v. 9, a. IX, n. 51, p. 37-41, ago/set 2008.

PUFF, Jefferson. Número de países que adotam a pena de morte cai, mas execuções aumentam, diz Anistia. In: *BBC Brasil*, São Paulo, 27 de março de 2012. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/03/120326_anistia_pena_de_morte_jp.shtml>. Acesso em: 10 maio 2015.

QUEIROZ, Carlos Alberto Marchi de. *Crime político e crime comum*. S. d. Disponível em: <<http://www.adpesp.org.br/artigos-exibir?art=155>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

RECURSOS EDUCATIVOS, Recursos. *A pena de morte na Holanda*. Disponível em: <<http://finslab.com/enciclopedia/letra-a/a-pena-de-morte-na-holanda.php>>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. *A pena de morte no Canadá*. S. d. Disponível em: <<http://finslab.com/enciclopedia/letra-a/a-pena-de-morte-no-canada.php>>. Acesso em: 10 maio 2015.

REDAÇÃO ÉPOCA. Holanda se soma a Brasil e critica pena de morte na Indonésia: o holandês Ang Kiem Soei foi executado junto com o brasileiro Marco Archer. Holanda convocou embaixador em Jacarta para explicações. In: *Época*, 18 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/filtro/noticia/2015/01/holanda-se-soma-brasil-e-critica-bpena-de-morte-na-indonesiab.html>>. Acesso em: 12 maio 2015.

REZEK, J. F. *Direito Internacional público*. São Paulo: Saraiva, 2002.

RIBEIRO, Flávia. Pena de morte: a lei que mata. In: *Guia do Estudante*, Aventuras na História para Viajar no Tempo, 1º de agosto de 2006. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/pena-morte-lei-mata-434761.shtml>>. Acesso em: 10 maio 2015.

SALLA DURO, Eduardo Zottis. Os objetivos da execução penal. In: *WebArtigos*, 25 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/os-objetivos-da-execucao-penal/129977/>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

SANTORO, Maurício. Indonésia: execução de pessoa com transtorno mental é proibida pela legislação internacional. In: *Blog Maurício Santoro*, s. d. Disponível em: <<https://anistia.org.br/indonesia-execucao-de-doente-mental-e-proibida-pela-legislacao-internacional/>>. Acesso em: 22 ago 2015.

SCHREIBER, Mariana. Apesar de abolida, pena de morte ainda tem aplicação prevista no Brasil. In: *BBC Brasil*, Brasília, 17 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150117_morte_fd>. Acesso em: 10 maio 2015.

SHRESTHA, Manesh. Nepal, o último refúgio para os homossexuais do sul da Ásia. In: *R7 Notícias*, 02 de março de 2014. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/internacional/nepal-o-ultimo-refugio-para-os-homossexuais-do-sul-da-asia-02032014>>. Acesso em: 10 maio 2015.

SOARES, Carina de Oliveira. Os Tratados Internacionais no ordenamento jurídico brasileiro: análise das relações entre o Direito Internacional Público e o Direito Interno Estatal. In: *AmbitoJurídico.com.br – O seu portal jurídico na internet*, 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9431>. Acesso em: 12 maio 2015.

SUPER INTERESSANTE. Que tipos de pena de morte são usadas atualmente? In: *Mundo Avançado*, 1º de outubro de 2012. Disponível em: <http://mundo.avancado.info/index.php?option=com_content&view=article&id=886:que-tipos-de-pena-de-morte-sao-usados-atualmente&catid=132:curiosidades&Itemid=253>. Acesso em: 10 maio 2015.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *STF – Recurso Extraordinário: RE 80004 SE*, 1977. Disponível em: <<http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14614120/recurso-extraordinario-re-80004-se/inteiro-teor-103042234>>. Acesso em: 12 maio 2015.

TERRA. *Você sabia? 10 tipos de pena de morte*. S. d. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/educacao/voce-sabia/10-tipos-penas-de-morte/>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado; PEREIRA, Antônio Celso Alves. *O Direito Internacional e o primado da Justiça*. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.

VAL, Marcelo Ribeiro do. *Efeitos da revogação do Tratado Internacional por Ato Unilateral do Presidente da República*. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/271300194_EFEITOS_DA_REVOGACAO_DO_TRATADO_INTERNACIONAL_POR_ATO_UNILATERAL_DO_PRESIDENTE_DA_REPUBLICA>. Acesso em: 23 ago 2015.

VERONEZ, Luciano. Entenda como funciona a execução por fuzilamento na Indonésia. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/01/1576723-entenda-como-funciona-a-execucao-por-fuzilamento-na-indonesia.shtml>>. Acesso em: 10 maio 2015.

WALRZ, Igor. Ex-oficial é condenado pela morte de jornalistas durante a ditadura chilena. In: *Associação Brasileira de Imprensa*, 03 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/ex-oficial-chileno-e-condenado-por-homicidio-de-jornalistas-durante-regime-pinochet/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

WARDELL, Jane. Austrália chama embaixador de volta após execuções na Indonésia. In: *Reuters Brasil*, 28 de abril de 2015. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRKBN0NJ2NG20150428>>. Acesso em: 12 maio 2015.

WHITEMAN, Hilary; CASTILLO, Mariano; QUIANO, Kathy. Australia recalls ambassador after Indonesia executes prisoners. In: *CNN*, 29 de abril de 2015. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2015/04/28/asia/indonesia-firing-squad-executions/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

WOLTER, Matilde. *Análise*: Caso Pinochet marcou o direito internacional. In: Folha de São Paulo, Santiago, 11 de dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u102711.shtml>>. Acesso em: 10 maio 2015.

WORLD COALITION – Against the Death Penalty. *Worldwide Database*. S. d. Disponível em: <<http://www.worldcoalition.org/worldwide-database.html>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

ZAFFARONI, Eugenio Raul; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de Direito Penal brasileiro*, 9. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. v. 1: Parte Geral.

ZANIN, César. A pena de morte e a guerra às drogas: para alguém que não valoriza muito a vida, a pena de morte não será eficaz como querem fazer crer. Quem tem menos ou nada a perder, se preocupa menos com medo da morte. In: *Pragmatismo Político*, 22 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/01/pena-de-morte-e-guerra-drogas.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.